

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**DA INCOMPLETUDE DA LINGUAGEM NA  
MATERIALIDADE METÁLICA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Michele Schmitt**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2006**

# DA INCOMPLETUDE DA LINGUAGEM NA MATERIALIDADE METÁLICA

por

**Michele Schmitt**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras**.

Orientadora: Amanda Eloina Scherer

Santa Maria, RS, Brasil  
2006

---

© 2006

Todos os direitos autorais reservados a Michele Schmitt. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Endereço: Rua Marechal Deodoro, n. 1618, Santo Cristo, RS, 98960-000

Fone: 55 9144 8244 ; E-mail: [micheleschmitt@gmail.com](mailto:micheleschmitt@gmail.com)

---

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**DA INCOMPLETUDE DA LINGUAGEM NA MATERIALIDADE  
METÁLICA**

elaborada por  
**Michele Schmitt**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Letras**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Prof<sup>a</sup> Dr. Amanda Eloina Scherer**  
(Presidente/Orientador)

**Prof<sup>a</sup> Dr. Mônica Zoppi-Fontana** (Unicamp)

**Prof<sup>a</sup> Dr. Cristiane Pereira Dias** (Unicamp - Labeurb)

Santa Maria, 14 de julho de 2006.

Professora Amanda

Por despertar em mim a inquietude teórica e o gosto pela pesquisa.

Minha família

Pai, mãe, mano, mana, Paulo e Laura, obrigada pelo suporte essencial – o amor de vocês.

Karla

Por estar sempre muito presente em todo este processo de escritura.

Marcelo, Themis, Maria Cleci e Silvani

Que bom ter estado com vocês em Campinas. Marcelo, obrigada, também, por resolver questões de ordem burocrática.

Daniel, Simone, Tia Odete, Léia, Leandro, Larissa e Alex

Por acompanharem a minha escritura de pertinho, me amparando e me ajudando de diversas formas.

Rejane

Pela tua disposição em revisar meu texto e pelas divagações teóricas.

Cristiane Dias

Pelas orientações na Qualificação.

Demais queridos amigos

Pela torcida e pelo carinho.

Coordenação e secretaria do Programa de pós-graduação em Letras da UFSM

Pelo suporte institucional.

Professores do Programa de pós-graduação em Letras da UFSM

Por me ajudarem a despertar reflexões.

Professores da Pós-graduação em Lingüística da Unicamp

Agradeço em especial aos professores Cláudia Pfeiffer, Eduardo Guimarães, Eni Orlandi, Mônica Zoppi-Fontana e Suzy Lagazzi-Rodrigues pela experiência de aprendizado na Unicamp.

Laboratório Corpus, Procad e Capes

Ao Laboratório Corpus, por oferecer um lugar de pesquisa. Ao Procad, pela oportunidade de cursar mestrado sanduíche na Unicamp. À Capes, pela concessão de bolsa.

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **DA INCOMPLETUDE DA LINGUAGEM NA MATERIALIDADE METÁLICA**

**AUTORA: MICHELE SCHMITT**

**ORIENTADORA: AMANDA ELOINA SCHERER**

**Data e Local da Defesa: Santa Maria, 14 de julho 2006.**

O problema de pesquisa sobre o qual nos propomos refletir tem como foco a constituição da linguagem e da memória na materialidade metálica. Chamamos atenção, em nosso trabalho, para o fato de que as tecnologias são produzidas pelos homens, como frutos de certas condições sócio-históricas. O fato de a linguagem poder ser concebida exteriormente ao homem - nos meios informáticos -, não significa que ela esteja em um plano transcendente ao do sujeito, do discurso. Assim, o que é do sujeito histórico também faz parte da máquina, da técnica. Nosso ponto de vista, portanto, é de que técnica e homem, língua e sujeito devem ser pensados enquanto mutuamente constitutivos e não enquanto elementos opositivos, os quais se excluiriam uns aos outros. Nessa perspectiva, propomos, a partir da Análise de Discurso de linha francesa, um estudo da linguagem que vise a uma relação de recobrimento entre língua e discurso. Nosso objetivo é o de salientar que a ordem da língua, do formal não é independente da ordem do discursivo. A partir da observação do funcionamento da formalização e das categorias de tempo e de espaço no site de busca Google, inferimos que há um duplo movimento de constituição de sentidos na materialidade metálica: por um lado, aquele que busca a completude da linguagem, por meio da constituição de uma memória com grande capacidade de armazenamento de dados, na qual os sentidos seriam 'congelados' no espaço e no tempo, de modo a não dar abertura para a irrupção de outras significações. Por outro lado, é, na própria simulação da completude, que se constitui a incompletude. Esta, para nós, vem a ser estruturada pelo excesso de informação que circula na Internet. Este excesso é a marca de que sempre há o que dizer, tendo em vista que a linguagem não é uma representação do mundo.

Palavras-chave: linguagem, memória, materialidade metálica, tempo, espaço, formalização.

## **ABSTRACT**

Master Dissertation

Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **ABOUT THE INCOMPLETENESS OF LANGUAGE IN THE METALLIC MATERIALITY**

**AUTHOR: MICHELE SCHMITT**

**ADVISER: AMANDA ELOINA SCHERER**

Date and place of the presentation: Santa Maria, 14th July 2006.

The research problem we propose to reflect about concerns the constitution of language and of memory in the metallic materiality. We focus, in our work, on the fact that technologies are produced by man, under certain social and historical conditions. The fact that language may be conceived externally to man – in informatic media -, does not mean that it is in a transcendental plan in relation to the subject, to the discourse. Furthermore, what is from the historical subject belongs as well to the machine, to the technique. Our point of view, thus, is that technique and man, language and subject should be thought as mutually constituted and not as opposite elements, which would exclude each other. In this way, we propose, under the perspective of French Discourse Analysis, a study of language that takes in consideration that language and discourse are mutually constituted. Our aim is to emphasize that the order of language is not independent from the order of discourse. By observing the working of formalization and of the categories of time and space in Google, we infer that there is a double movement of sense constitution in the metallic materiality: on the one hand, a movement that searches the completeness of language, which would be possible through the constitution of a memory with a large capacity of storage; in this memory, senses would be 'frozen' in space and time, so that the irruption of other significations would not become possible. On the other hand, incompleteness is constituted in the simulation of completeness itself. We think incompleteness is structured by the excess of information that circulates in Web. This excess is a sign that there is ever something to be said, since language is not a representation of the world.

Key words: language, memory, metallic materiality, time, space, formalization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – Tempo e espaço ao longo da história.....	43
FIGURA 1 – Indicação do número de resultados e do tempo da busca por CPI dos correios.....	44
FIGURA 2 – Indicação de marcadores temporais da busca por CPI dos correios....	46
FIGURA 3 – Esquema formal da disponibilização dos resultados de uma busca.....	48
FIGURA 4 – Busca por lingüística saussuriana (10/12/2005).....	61
FIGURA 5 – Busca por lingüística saussuriana (21/12/2005).....	62
FIGURA 6 – O link <u>Em cache</u> .....	64
FIGURA 7 – Esquema formal da disponibilização de resultados da busca por lingüística saussuriana (10/12/2005).....	68
FIGURA 8 – Esquema formal da disponibilização de resultados da busca por lingüística saussuriana (21/12/2005).....	68



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>CONSTITUINDO UM PONTO DE VISTA</b> .....	13
O homem e a técnica.....	13
A substituição do homem pela máquina.....	16
Pensando os instrumentos/a técnica do ponto de vista da Análise de Discurso.....	21
Língua e sujeitos desencarnados?.....	25
Refletindo sobre a linguagem.....	29
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>TEMPO, ESPAÇO E FORMALIZAÇÃO: POR UM PROJETO DE COMPLETEDE INFORMACIONAL</b> .....	36
Materialidades da escrita, tempo e espaço.....	36
Tempo, espaço e lugar – uma abordagem histórica.....	38
Sobre o funcionamento das categorias de tempo e de espaço no site de busca Google.....	43
A formalização como princípio de leitura de arquivo do Google.....	50
Um projeto de completede.....	54
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>A FALTA NA SIMULAÇÃO DA COMPLETEDE</b> .....	57
Memória e esquecimento.....	57
A memória constituída pelo esquecimento.....	60
Do hiato entre signo e objeto: a impossibilidade de apreensão do real.....	68
A insistência da incompletude.....	76
<b>CONCLUSÃO</b> .....	77
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	79

## Introdução

O problema de pesquisa sobre o qual estamos nos propondo refletir tem como foco a constituição da linguagem e da memória na materialidade metálica<sup>1</sup>.

O fato de a linguagem poder se prestar a um novo tratamento, dado pela informática, refletiu-se em um debate teórico entre lingüistas. Do lado de lingüistas formais, os quais entendem a língua enquanto forma, colocando-a independentemente do sujeito e da história, o tratamento automático das línguas naturais surgiu como um lugar de comprovação de que o sistema lingüístico é dotado de formas. Do lado de lingüistas que entendem a língua enquanto constituída pelo uso que os sujeitos fazem dela, refuta-se a possibilidade de tratá-la de modo automatizado, pois a constituição da língua seria imanente ao sujeito. A máquina não poderia assumir um comportamento lingüístico, uma vez que o fenômeno de linguagem apresentar-se-ia como uma atividade humana por essência<sup>2</sup>.

Diante dessas condições de produção, sobre as quais tratamos no primeiro capítulo, nosso objetivo é o de pensar a linguagem de maneira diferenciada. Em primeiro lugar, não nos colocamos numa posição de denegação das novas tecnologias de linguagem. O fato de elas se prestarem a um tratamento formal da linguagem não as exclui do escopo dos estudos lingüísticos. Os instrumentos lingüísticos interrogam-nos sobre a natureza da linguagem. Eles não devem ser pensados enquanto respostas a nossas teorias, como se estas já estivessem constituídas, acabadas, de modo que bastaria aplicá-las aos objetos de estudo. Não nos interessa, dessa forma, adotar uma postura diante das novas tecnologias sob o seguinte postulado: não sendo elas 'sujeitos humanos' de linguagem, elas não poderiam fazer parte do escopo dos estudos lingüísticos. Em segundo lugar, não é do nosso interesse tampouco pensar as novas tecnologias como instrumentos técnicos, ou seja, como um meio de acesso a soluções para problemas teóricos.

Em nosso estudo, tomamos um ponto de vista teórico diferente, o qual se constitui a partir da Análise de Discurso de linha francesa. Nessa perspectiva teórica,

---

<sup>1</sup> Quando fazemos uso do sintagma materialidade metálica, referimo-nos à materialidade eletrônica, digital.

<sup>2</sup> Cabe salientar que os pontos de vista dos lingüistas em relação à informatização da linguagem não se reduzem a esses dois. Voltamos nossa atenção para eles especificamente com a finalidade de traçarmos o nosso ponto de vista, o qual destoa de ambos.

a linguagem deve ser pensada numa relação de recobrimento entre o formal e o discursivo.

Cabe chamar atenção para o fato de que a língua também é formal. Se ela não fosse, como poderíamos explicar a sua existência em um suporte metálico?

Não estamos pensando o formal da perspectiva do formalismo, pois não estamos considerando a língua como um conjunto de formas que fazem parte de um sistema autônomo. Segundo Marandin (1994, p.136), o

formalismo qualifica para a AD uma abordagem que identifica os dispositivos que a lingüística constrói para discriminar os planos organizacionais da língua e descobrir suas propriedades (uma gramática) e os modelos construídos para estudar a performance ou mais geralmente a linguagem em suas relações com o sujeito falante e com a história.

O problema que aí se coloca é o fato de que o modo como o sujeito faz uso da língua está na continuidade dos cálculos formais propostos pelo lingüista. Ou seja, os cálculos formais poderiam prever o comportamento lingüístico do sujeito. Nessa perspectiva, a teoria daria conta do fenômeno de linguagem em sua totalidade, por meio de uma descrição formal de seu funcionamento. O formalismo reivindica para si a possibilidade de “dizer tudo de tudo” (Orlandi, 1992, p.57), ou seja, de dizer tudo sobre o tudo da língua.

O ponto de vista que nós adotamos é o de que a língua é formal, mas não nos termos do formalismo. O fato de a linguagem ser formal consiste em uma de suas propriedades fundamentais - o caráter discreto das suas unidades constitutivas. A possibilidade de existência da língua passa pela ordem do formal. Segundo Aurox (1998, p.318), “não é estranho à sua natureza que a linguagem seja a atividade humana que se presta melhor à formalização e tão precocemente: como conceber a troca comunicacional, sem que haja um mínimo de estabilidade?”. Esta estabilidade se dá porque fixamos um número finito de formas, segmentos calculáveis dos quais podemos constituir uma lógica significativa. Dar formas lingüísticas ao mundo é um modo de sedentarizar, estabilizar o sentido (Orlandi, 1992), para sair do plano do múltiplo e ir ao encontro do universalizante.

Se as línguas não se constituíssem dessa forma, a sua existência não seria possível. Estaríamos tal qual o personagem de Borges, Funes. Para ele, “cada palavra tinha um sinal particular, uma espécie de marca” (Borges, 2000, p.546). Ele

não se conformava que cada experiência singular, a qual era memorizada, como se fosse o próprio retrato vivo do acontecimento por ele experimentado, poderia receber o mesmo nome de outras lembranças. Incomodava-lhe o fato de que “o cão das três e quatorze (visto de perfil) tivesse o mesmo nome que o cão das três e quarto (visto de frente)” (ibid., p.546). Todas as jornadas constituíam lembranças diferentes para ele. Elas contavam 70 mil e eram definidas por cifras. Ocorreu-lhe então projetar um idioma próprio, mas logo o rejeitou, porque a tarefa seria interminável e inútil. Lembrar-se de um dia era despender mais outro, para que fosse possível recordar-se dele em sua totalidade. Sua língua seria infinita e incomunicável, pois, se para cada singularidade houvesse um nome próprio, ninguém se entenderia.

O formal, no entanto, não supõe uma perda da variabilidade, da singularidade. Ele é a própria manifestação da variabilidade, pois o fato de ser universalizante deixa entrever a sua impossibilidade de apreensão do que pode manifestar uma ruptura, ou seja, do que está no plano do silêncio, no qual “sentido e sujeito se movem largamente” (Orlandi, op.cit., p.29). Na língua de Funes, não haveria movimento de sentidos, pois todos os objetos, lembranças teriam seu sentido fixado: “a língua se extenuaria na usura das palavras, tornar-se-ia pura convenção” (ibid., p.71).

Levando em consideração que a língua é também forma, não se faz ao acaso nossa incursão na teoria saussureana ao longo do nosso trabalho. De acordo com Gadet e Pêcheux (2004, p.55),

Saussure constitui, direta ou indiretamente, a pedra de toque de todas as escolas lingüísticas atuais, o seu ponto crítico. Em nome de Saussure, os lingüistas se dividem, porque o próprio Saussure carrega em si essa divisão.

Insistimos em nosso trabalho para uma leitura de Saussure com o propósito de romper com as posições que limitam a sua teoria ora a uma apreensão formalista da língua, ora a uma relação de complementaridade entre língua e fala, entre o sistêmico e o assistemático. Nosso objetivo é o de ressaltar que a ordem do formal permite uma entrada para a ordem do discursivo.

Dadas estas condições de produção, chegamos ao ponto central de nossa reflexão, o qual incide sobre o modo como o formal e o discursivo se constituem na materialidade eletrônica. Nossa reflexão teórica tem como um de seus eixos a

observação do modo como se constitui a memória metálica, informatizada. De acordo com Orlandi (1999, p.10),

com as novas tecnologias de linguagem, à memória carnal das línguas 'naturais', juntam-se as várias modalidades da memória metálica, os multi-meios, a informática, a automação. Apagam-se os efeitos da história, da ideologia, mas nem por isso elas estão menos presentes.

Chama-nos atenção o fato de a autora afirmar que ao mesmo tempo em que os efeitos da história e da ideologia são apagados na constituição da memória metálica, eles não deixam de estar presentes. Esta asserção aparentemente paradoxal vem a ser o ponto de entrada de nossa reflexão.

Para tanto, no segundo capítulo, tratamos da constituição da ordem do formal e no terceiro capítulo, da relação de recobrimento entre o formal e o discursivo na materialidade eletrônica, a partir da observação do funcionamento do mecanismo de busca do site Google.

No segundo capítulo, voltamos nosso olhar para o modo como a formalização, o tempo e o espaço concorrem para a sedentarização dos sentidos, no funcionamento estrutural do mecanismo de busca do site Google. Esta administração dos sentidos se dá na passagem do discurso ao texto, à formulação. Segundo Orlandi (1999, p.74),

o que temos, em termos de real do discurso, é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição [...]. De outro lado, ao nível das representações, temos a unidade, a completude, [...] a não contradição, na instância do imaginário.

No segundo capítulo, portanto, interessamo-nos pela constituição imaginária da unidade, da completude da linguagem e da memória, levando em consideração o funcionamento da formalização, do tempo e do espaço na materialidade eletrônica. Cabe salientarmos que não estamos pensando o formal e a formalização numa relação de equivalência de sentidos. A formalização consiste na exploração da propriedade formal da linguagem, a qual é inaugurada com a invenção da escrita<sup>3</sup>. Assim como há um diferente tratamento formal da linguagem em diferentes

---

<sup>3</sup> Quando nos referimos, entretanto, ao tratamento formal da linguagem, estamos pensando a formalização da linguagem. Tratamos do conceito de formalização na seção 2.4.

materialidades da escrita, as categorias de tempo e de espaço também se constituem de maneiras diversas nessas materialidades.

No terceiro capítulo, nosso objetivo é o de tratar do modo como a incompletude se constitui na materialidade metálica. Para tanto, comparamos o resultado de duas consultas ao site de busca Google, em datas diferentes e com as mesmas palavras-chave. Na observação dos resultados, fazemos intervir novamente os elementos de formalização, tempo e espaço. A nosso ver, estes mesmos elementos, os quais configurariam a completude da linguagem e da memória, são o traço mesmo de sua incompletude.

## 1. Constituindo um ponto de vista

No presente capítulo, tratamos das condições de produção de nosso trabalho, com a finalidade de delinear o nosso ponto de vista sobre a constituição da linguagem na materialidade metálica. Nas duas primeiras seções – O homem e a técnica e A substituição do homem pela máquina -, nossa atenção se volta para a maneira como a informatização da linguagem se tornou possível historicamente e para o modo como ela foi e ainda é pensada pela Lingüística; esse percurso implica, para nós, a problematização da relação entre instrumento (o suporte metálico), fazer científico e linguagem. A partir dessa problematização, nas três seções seguintes – Pensando os instrumentos/a técnica do ponto de vista da Análise de Discurso; Língua e sujeitos desencarnados? e Refletindo sobre a linguagem - desenvolvemos o nosso ponto de vista em relação ao que entendemos por linguagem e por técnica, a partir de uma apropriação teórica discursiva dessas duas concepções.

### 1.1 O homem e a técnica

Na Grécia Antiga, a técnica era entendida como “o domínio do saber útil, astucioso, do *kairós*, do conhecimento que sabia tirar oportunamente partido das aparências múltiplas das coisas” (Rodrigues, 1998, p.88). Este saber tinha como finalidade atingir um objetivo de ordem prática; ele funcionava com um meio astuto para obter algo. Este conhecimento não precisava, portanto, assentar-se sobre uma verdade, podendo incorrer, dessa forma, na falsidade desde que se concretizasse o que fora almejado.

Esta maneira de conceber a técnica pode ser elucidada no modo como se entende a escrita na obra **Fedro** de Platão. Nela, Sócrates, em diálogo com Fedro, conta a história do nascimento da escrita, a qual resumidamente relata o seguinte: foi ter com o rei do Egito, Tamuz, o deus Thoth, com a finalidade de apresentar-lhe algumas de suas artes, dentre as quais, a escrita. Ao apresentá-la, o deus diz: *Esta arte, caro rei, tornará os egípcios mais sábios e lhes fortalecerá a memória; portanto, com a escrita, inventei um grande auxiliar para a memória e a sabedoria.* Ao que o rei responde:

*Grande artista Thoth! [...] Tu, como o pai da escrita, esperas dela com o teu entusiasmo precisamente o contrário do que ela pode fazer. Tal coisa tornará os homens esquecidos, pois deixarão de cultivar a memória; confiando apenas nos livros escritos, só se lembrarão de um assunto exteriormente e por meio de sinais, e não em si mesmos. (PLATÃO, 1999, p.179).*

Dois pontos de vista se colocam. Por um lado, de acordo com o deus, a escrita é entendida positivamente, como um instrumento útil para a vida do homem, como um fortalecedor da memória. Por outro lado, no entendimento do rei, ela apresenta-se como empobrecedora em relação ao trabalho da memória humana.

Em **Fedro**, é desenvolvido o argumento de que, em lugar da circulação de textos escritos, deve-se preservar o método dialético<sup>1</sup>, tendo em vista que, uma vez serem os discursos registrados, tornar-se-ia difícil controlar seu público leitor. Com a circulação de textos escritos, não só bons entendedores poderiam ter acesso a eles, mas também maus entendedores. Além disso, os discursos escritos não constituiriam meios confiáveis de promoção de conhecimento, pois, caso houvesse divergências entre leitor e autor, não seria possível discutir sobre elas e, por conseguinte, não se poderia chegar a uma conclusão sobre a validade do que fora escrito, ou seja, não se poderia inferir se os conteúdos desses discursos seriam verdadeiros ou falsos.

À diferença do saber epistêmico, o qual se sustentava sobre a verdade, a imutabilidade, sobre o compromisso de ser uno, à técnica era atribuído um sentido falso, enganador, constituído fora do real, do verdadeiro (Rodrigues, op.cit.). Dessa forma, a escrita constituía-se enquanto uma técnica, uma vez que fazia parte deste domínio de saber útil, astucioso, potencialmente não verdadeiro.

Na Modernidade, mais precisamente a partir do século XVII, a técnica é agenciada ao fazer científico. Passa-se a concebê-la diferentemente: não mais como um possível lugar da falsidade, mas, ao contrário, como o meio de se chegar ao verdadeiro, provado cientificamente.

O uso de instrumentos em laboratório tornou possível a simulação do funcionamento da natureza. Imitando-a, o homem poderia modificá-la, transformá-la.

---

<sup>1</sup> O método dialético, para Platão, consiste numa relação de diálogo oral estabelecida entre mestre e discípulo. O mestre escolhia um discípulo se este fosse, do seu ponto de vista, alguém competente para entender os conhecimentos transmitidos.



Ele continuaria, dessa forma, a obra divina, constituindo-se então como uma criatura merecedora de ser representada como a imagem e semelhança de Deus. Agenciando-se à técnica, o homem distancia-se do animal para postar-se em um lugar mais elevado, mais aproximado de Deus, podendo assim exercer o papel Dele.

No dizer de Rodrigues (ibid.,p.89), a continuidade da obra divina se dá de duas maneiras:

uma direção ortopédica que consiste em inventar artefactos que acrescentem novos órgãos ou substituam os órgãos perdidos, e uma direção terapêutica, que consiste em restabelecer o funcionamento deficiente dos órgãos existentes.

A técnica, nesse contexto, comparece como a comprovação da grandeza humana, instrumento e manifestação da evolução em direção a um futuro cada vez mais adaptado às vontades e intenções dos homens. Nas palavras de Tucherman (2002, p.58), “a técnica é um agente de mutação e aceleração (...)”.

Poderíamos dizer que a técnica, a ciência e o homem constituiriam, nessa perspectiva, os motores dessa transformação, a qual adquire força com o pensamento de que o homem é um ser racional. A vinculação desta capacidade ao sujeito passa a figurar, com a época da Renascença, na forma de um postulado sobre o qual se organiza a sociedade e a ciência. Postulado este muito conhecido ainda hoje: *Penso logo existo*.

Nas palavras de Morin (2005, p.24),

essa razão [...] tornar-se-á soberana ao longo do século XVIII francês [...] essa racionalidade construirá [...] a idéia de um universo totalmente acessível ao racional, assim como a concepção de uma humanidade guiada pela Razão.

O homem, nesse entendimento, é pensado como lugar de racionalidade e, por conseguinte, dotado de poder para dominar a si mesmo e a natureza. Este poder é manifestado sob a égide da ciência e da técnica, as quais conduziram ao conhecimento verdadeiro e ao progresso.

Ao longo do século XIX, “quando a mobilização da ciência pela indústria articulada ao desenvolvimento técnico passa a se dedicar a explorar novas possibilidades, gerando uma <<ciência do futuro, do devir>>” (Tucherman, op.cit.,

p.57), reafirma-se a eficácia, na forma de progresso, da tríade técnica, ciência e homem.

Em meados do século XX, esta tríade se ressignifica. A máquina não é vista mais somente como um instrumento do homem, que o conduz ao progresso, mas também como uma entidade potencialmente capaz de substituí-lo.

## 1. 2 A substituição do homem pela máquina

A cibernética, fundada em 1946, tem como cenário histórico as atrocidades praticadas pelos homens na Segunda Guerra mundial, as quais vêm a significar motivos fortes para se pensar que a máquina é mais humana do que o próprio homem. O termo cibernética foi cunhado a partir da palavra grega *kubernetes*, a qual significa, em sua origem, 'piloto de um navio'. Dela também deriva a palavra governar. Sua adoção se deu oficialmente em 1949 pelos organizadores das Conferências Macy. Estas conferências tinham como objetivo criar uma máquina capaz de controlar, prever e governar. A cibernética foi pensada para ser o modelo de gestão da sociedade (Lafontaine, 2004).

Com a concepção de máquinas inteligentes, a razão passa a ser uma atividade passível de ser concebida exteriormente ao homem, uma vez que ela poderia ser transferida de um suporte biológico a um suporte técnico, o que, segundo Lafontaine (ibid.), se torna possível pela presença de uma estrutura reprodutível do tratamento da informação: a memória<sup>2</sup>. Esta se torna, com a cibernética, um dispositivo de estocagem que possibilita as trocas informacionais entre máquinas em interação.

A linguagem, nesse contexto, é concebida, ao modo da teoria informacional, enquanto um código, o qual é definido sobre quatro postulados: o código precede a mensagem; delimita as balizes da comunicação; é independente dos conteúdos informativos; é exterior em relação ao emissor. A partir deste modelo, há um primado do significante sobre o significado. O código é entendido somente enquanto forma. A língua é posta em movimento a partir de uma coerência própria.

---

<sup>2</sup> Ressaltamos que esta concepção de memória não se aplica ao modo como a entendemos neste trabalho. No entanto, é este modo de concebê-la que está na base do funcionamento do armazenamento de informações em formato eletrônico, digital. No segundo e no terceiro capítulo, discutimos de maneira mais conseqüente esta concepção.

Assim, o signo se significa independentemente de referentes, como se fosse destituído de qualquer relação com a realidade. A língua, nessa perspectiva, é uma relação entre formas, as quais se relacionariam entre si de “*manière univoque et analysable: identité pour identité, différence par différence*”<sup>3</sup> (Milner, 1978, p.8). Estas diferenças delimitam o papel de cada forma no conjunto do sistema. Nesse sentido, nem a realidade significada pela língua, tampouco os sujeitos que fazem uso dela interferem na sua ordem de constituição.

A linguagem é despossuída dos sujeitos, no sentido de que estes são pensados enquanto participantes intermediários de uma corrente contínua de trocas de mensagens (Lafontaine, op.cit.). O sujeito é, de acordo com esse ponto de vista, meramente um meio através do qual a linguagem se expressa; ele é pensado apenas como um depositário de linguagem, passível de ser substituído por qualquer outro suporte que possa atuar enquanto um emissor ou um receptor.

Tendo-se desvalorizado o homem, a linguagem perde seu caráter de atividade humana, ao estender-se à máquina. Por isso, as máquinas inteligentes poderiam ser pensadas enquanto seres de linguagem. Elas passariam a tomar a forma do sujeito ideal de linguagem na sociedade, uma vez que, nessa perspectiva, operariam sem falhas, em um reino de pleno entendimento, o qual não poderia ser experienciado pelos homens.

Nesse contexto, passa a haver um forte investimento na concepção de máquinas inteligentes, capazes de substituir o trabalho intelectual do homem. Entre os lugares em que este empreendimento toma forma, destacamos os programas de tradução automática e de inteligência artificial.

O projeto, que consiste no tratamento automático das línguas naturais (TALN), tem início com a tradução automática que, coincidentemente, “é um dos primeiros domínios em que se tentou utilizar os serviços do computador” (Auroux, 1998, p. 290). A tradução automática (TA), em sua origem, tinha como propósito empreender uma tradução palavra por palavra, partindo da suposição de que havia uma língua universal que organizava as línguas naturais. A partir de seu funcionamento formal, a máquina efetuaria a tradução instantaneamente. Esta eficácia teve efeitos políticos, na medida em que, num contexto de competição

---

<sup>3</sup> Tradução nossa: maneira unívoca e analisável: identidade por identidade, diferença por diferença.

Leste-Oeste, tornou-se oportuno fazer uso da TA com a finalidade de operar uma “vigilância contínua dos progressos tecnológicos do adversário” (ibid., p.292).

A TA, nesse contexto, veio a assumir um caráter mais prático do que científico. Diferentemente dela, o campo de pesquisa da Inteligência Artificial (IA) nasce em meio universitário. A IA tem como objetivo geral “a *simulação por computador das atividades inteligentes do homem*” (ibid., p.297) e um de seus domínios é o da compreensão da linguagem natural.

A TA e a IA, por seus objetivos, encontraram-se e encontram-se ainda hoje com o campo da Lingüística. Este encontro ora se dá na forma de uma conciliação ora na forma de um embate.

Segundo Rastier (1987, p.9), a conciliação se dá entre a IA e a Lingüística pelo seguinte:

par leur formation, et par leur familiarité avec les langages de programmation, les informaticiens sont naturellement attirés par la linguistique formelle dans la mesure où elle utilise les instruments de la logique mathématique pour rassembler sous une même théorie les langues naturelles et les langages artificiels<sup>4</sup>.

Essa conciliação se dá principalmente entre os anos de 1955 e 1970, quando as pesquisas em IA encontram forte amparo na análise sintática, que obteve lugar de destaque devido ao acontecimento da teoria chomskyana. Esta teoria atribui lugar privilegiado à sintaxe, ao entender a análise sintática como etapa principal para que se chegue à elucidação do sentido.

Segundo o projeto inicial de Chomsky, entende-se que o conhecimento da linguagem e das línguas só é possível a partir de um tratamento de enumeração automática de todas as frases gramaticais (Rastier, ibid.). Daí decorreria a possibilidade de uma máquina simular o comportamento cerebral da linguagem humana, tendo em vista que essa abordagem teórica entende a linguagem como uma atividade humana restrita ao domínio mental. (Auroux, 1998).

Os partidários desta Lingüística formal vêem a máquina como um instrumento que, por operar em uma lógica formal, permitiria empreender com sucesso todas as

---

<sup>4</sup> Tradução nossa: pela sua formação, e pela sua familiaridade com as linguagens de programação, os profissionais da informática dirigem, naturalmente, sua atenção para a lingüística formal na medida em que ela utiliza os instrumentos da lógica matemática com a finalidade de reunir sob uma mesma teoria as línguas naturais e as linguagens artificiais.

possibilidades que as combinações formais oferecem. A partir disso, tornar-se-ia possível apreender as combinações possíveis de serem feitas no sistema lingüístico e, por conseguinte, os sentidos derivados delas, uma vez que, nessa perspectiva, a forma contém o sentido.

Esta proposta reflete-se no projeto de criação de dicionários eletrônicos, aos quais fazem menção Courtois e Silberztein (1990). Esse projeto propõe que os dicionários eletrônicos devam ser tão completos quanto for possível (mais completos do que os dicionários impressos); que suas informações devam ser explícitas, precisas e coerentes (de maneira a esgotar os sentidos possíveis de serem atribuídos às palavras e de evitar possíveis contradições).

A informática, portanto, nessa perspectiva, constitui-se como um instrumento que traz respostas a problemas postos pela Lingüística formal.

A partir dos anos 70, há uma mudança de perspectiva, pois as teorias chomskianas perdem certo prestígio, cedendo lugar às teorias sobre o sujeito e sobre a língua em uso; tomam forma críticas que vão na direção de refutar o tratamento automático das línguas naturais (TALN).

Estas críticas fundam-se na premissa de que a linguagem natural “ne se réduit pas à un problème de <<codage>>”<sup>5</sup> (Vivier, 2001, p.3), entendendo que “l’activité langagière n’est que très partiellement formalisable”<sup>6</sup> (Pottier, 1987, p.29). Estas abordagens põem em evidência o fato de que o trabalho da máquina é deficiente e não pode, dessa forma, substituir o homem. Como afirma Ladmiral (1994, p.8), “ce n’est plus <<le traducteur ou l’ordinateur>>, mais bien <<le traducteur et l’ordinateur>>”<sup>7</sup>. Além disso, não há como a máquina simular o comportamento lingüístico humano assim como pressupõe a noção de Diálogo Homem Máquina (Vivier, 2001).

Conforme esses pontos de vista, a IA e a TA, apenas elas, não dão conta do problema das línguas naturais, pois, no entendimento de Pottier (1987, p.21),

---

<sup>5</sup> Tradução nossa: não se reduz a uma codificação.

<sup>6</sup> Tradução nossa: a atividade languageira é muito pouco formalizável.

<sup>7</sup> Tradução nossa: não se trata mais do <<tradutor ou do computador>>, mas do << tradutor e do computador.

la linguistique a pour vocation l'étude du phénomène langagier dans son ensemble, comme activité humaine générale manifestée par un grand nombre de langues naturelles<sup>8</sup>.

Coloca-se em questão o fato de que o problema da IA clássica é fundar-se em teorias puramente formais, ao não levar em conta o uso contextual da língua. À diferença da Lingüística formal, a língua ultrapassa o emprego de regras, tendo em vista que os fenômenos lingüísticos escapam em sua maioria de um uso regrado. No dizer de Pottier (ibid., p.29), “plus les règles sont rigoureuses, plus la liste des textes acceptables est restreinte”<sup>9</sup>. Nesse entendimento, o formalismo atuaria no sentido de conter a pluralidade de sentidos de que a língua é capaz de produzir.

Podemos observar então que há uma relação dual entre a Lingüística e os programas da TA e da IA: por um lado (de uma Lingüística puramente formal), manifesta-se certo fascínio em relação às tecnologias de linguagem, uma vez que elas compareceriam com respostas eficientes para os problemas propostos pela linguagem; por outro lado (de uma Lingüística descontente com o formalismo), julga-se negativamente o fato de se estudar fenômenos da linguagem de maneira mecanizada, ao comparar o funcionamento da língua humana a uma língua artificial. No primeiro caso, a máquina toma o lugar do trabalho do homem, ou seja, a análise lingüística pode ser empreendida por um instrumento. No segundo caso, cria-se um contraponto em relação à desvalorização do homem, a qual toma lugar no século XX, ao valorizar-se o sujeito em detrimento da técnica. A esta, como na Grécia Antiga, atribui-se um papel que pode recair na ineficácia, uma vez que pode conduzir ao domínio daquilo que não é verdadeiro (a exemplo de como era pensado o discurso escrito), ou seja, realizar uma análise lingüística de uma língua artificial aplicando-a à língua natural significaria incorrer numa inverdade científica. Apesar da oposição, para nós, em ambos os casos, o fazer científico se define em uma relação de complementaridade com a prática técnica.

---

<sup>8</sup> Tradução nossa: a lingüística tem por vocação o estudo do fenômeno languageiro em todo o seu conjunto, como atividade humana generalizada manifestada por um grande número de línguas naturais.

<sup>9</sup> Tradução nossa: quanto mais as regras são rigorosas, mais a lista de textos aceitáveis torna-se restrita.

### 1.3 Pensando os instrumentos/a técnica do ponto de vista da Análise de Discurso

A partir da abordagem teórica em relação aos programas de TA e da IA, observamos que o modo como se fez uso destes instrumentos coloca-se na continuidade das práticas técnicas, na medida em que os programas ou foram usados para trazer respostas, soluções a demandas científicas, ou então criticados por não serem considerados meios eficientes para a resolução de problemas científicos.

Um exemplo comentado por Henry (1997)<sup>10</sup> sobre a prática científica ser dada a partir da continuidade da prática técnica é o uso da balança. Estas, segundo Henry (ibid., p.21), “eram tidas como instrumentos que davam medidas ‘objetivas’ sobre a realidade; dados que permitiam o direito de especular e de tirar conclusões”. As balanças, passíveis de darem respostas de cunho científico aos pesquisadores, chegaram a constituir a base de certas teorias, tais como as que defendem ser o peso do cérebro determinante do grau de inteligência das pessoas.

É sobre estes modos de pensar os instrumentos no interior da ciência que Pêcheux, no dizer de Henry (ibid.), elabora sua crítica. A prática científica, para estes autores, deve ser feita em termos de uma apropriação teórica dos instrumentos. Esta apropriação não é fundada na evidência de que o instrumento constitui um arquivo de leitura dado a priori ao sujeito, de forma a elucidar os sentidos procurados pelo pesquisador, mas como uma construção resultante da intervenção do analista sobre o arquivo, a partir da observação do funcionamento do instrumento.

A prática científica deve ser constantemente posta em suspenso, levando em conta que “toda a ciência é, antes de tudo, a ciência da ideologia com a qual rompe” (Henry, ibid., p.16). Os instrumentos constituem-se como elementos essenciais desse rompimento, na medida em que estão sempre a colocar questões para que problematizemos a teoria da qual fazemos uso e, dessa forma, a reinventemos. Eles se revelam enquanto significantes a procurar por significados e não enquanto evidências empíricas sobre as quais lançamos um olhar decifrador.

---

<sup>10</sup> Este exemplo é dado por Pêcheux no texto “Remarques pour une théorie générale des idéologies”, o qual é publicado sob o pseudônimo Thomas Herbert. Tratamos aqui da leitura que Henry (1997) faz deste exemplo.

Do nosso ponto de vista, a apropriação teórica dos instrumentos é da ordem da criatividade e não da simples repetição, produtividade. Lévy (1996) nos dá um exemplo disso, quando trata da concepção das calculadoras eletrônicas dos anos quarenta. Elas possuíam uma velocidade muito maior em relação às calculadoras anteriores. A velocidade delas não foi somente usada enquanto um fundamento técnico, ou seja, como uma qualidade produtiva que solucionaria os cálculos com maior rapidez, mas também numa apropriação científica desta capacidade, uma vez que a velocidade foi explorada no sentido de conceber novas calculadoras e de tornar possível o surgimento da informática.

Para nós, a ordem da produtividade restringe-se a uma descrição do objeto. Esta descrição toma o objeto como completo em sua constituição, como se bastasse tornar visível essa completude, a partir do exercício de uma metalinguagem, ou seja, de um distanciamento, o qual permitiria visualizar o que estivesse contido no objeto de estudo.

Segundo Pêcheux (1997b), esse tipo de abordagem teórica pauta-se em um modelo de equivalência interpretativa. O autor o explicita da seguinte forma: dado o enunciado empírico P1, temos que P1 não significa de fato outra coisa que...; é o mesmo em termos teóricos que dizer que...; ...dito de outro modo...;...quer dizer...;o enunciado teórico P2.

Pensa-se, dessa forma, que é possível a constituição de uma metalinguagem que transferisse para ela o real do objeto estudado, ou seja, a linguagem usada cientificamente não seria dotada de falhas, uma vez que conseguiria empreender uma relação direta entre signo e objeto. Nesse sentido, o real da língua não estaria sujeito ao histórico, (a condições de produção que tornam possível a constituição de certos sentidos) e ao ideológico, (a processos inconscientes que tratam o sentido como evidente).

Tomando a linguagem, seja ela científica ou não, como não passível de tornar um objeto representável, corroboramos a necessidade de reconhecer o *real da língua como constituído de pontos de impossível* (Pêcheux, *ibid.*). Este reconhecimento implica que o sentido não está fixado, enquanto uma etiqueta, a qual se apresenta apenas aos olhos privilegiados dos cientistas, mas que está à deriva. Nessa perspectiva, restitui-se o papel da criatividade, da interpretação na prática científica. Ou seja, permite-se ao cientista entrar na ordem da polissemia, da ruptura com o já feito, uma vez que não há objeto dado descritivamente a priori.



Nesse sentido, outro deslocamento se torna necessário: o de desconstruir a concepção de linguagem enquanto um instrumento de comunicação.

Esta concepção coloca a língua como algo técnico<sup>11</sup>, na medida em que tomá-la enquanto um instrumento é entendê-la como uma função que serve ao homem para alcançar o objetivo de comunicar. Dessa forma, a língua é colocada em correlação com o sujeito, como um meio de atingir uma finalidade específica<sup>12</sup>. Esta finalidade seria, no contexto científico, a de apreender a totalidade do objeto estudado, transpondo-o a uma metalinguagem clara, objetiva, sem falhas.

Pensar a língua nesses termos é, segundo Pêcheux (1997a), visar aos meios pelos quais ela se expressa. A língua, nessa perspectiva, é tomada enquanto um conjunto de textos com conteúdos de expressão comunicativos. Para entendê-la, caberia ao cientista descrever estes conteúdos.

O abandono desta concepção se dá com a formulação da teoria saussureana sobre a linguagem. No dizer de Pêcheux (ibid., p.62),

o deslocamento conceptual introduzido por Saussure consiste precisamente em separar [a] homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem: a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema*, deixa de ser compreendida como tendo a *função* de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o *funcionamento*.

O texto, ao ser entendido como um meio de expressão da língua, deixa de ser o objeto da Lingüística moderna, para dar lugar à própria língua. Este deslocamento implica pensar em o que torna possível o texto significar, em vez de se colocar a questão: o que significa este texto, o que ele quer dizer? A resposta a estas perguntas é da ordem do uso ordinário da língua e não da ordem da cientificidade.

O deslocamento teórico elaborado por Saussure deixa, contudo, a descoberto o que ele exclui de seu escopo. Segundo Pêcheux (ibid.), a concepção instrumental de língua permanece após Saussure. Esse modo de apropriação da teoria saussureana é problematizado por Gadet e Pêcheux (2004), quando esses autores tratam das condições de produção do discurso da Lingüística. Segundo eles, há um desejo, por parte dos lingüistas, de ultrapassar os obstáculos que entravam a

---

<sup>11</sup> Empregamos aqui o termo 'técnico', pensando a técnica como um meio para chegar a um determinado fim.

<sup>12</sup> Sobre esta função da técnica, ver seção 1.1.

comunicação entre os homens. Este desejo é comum a duas correntes distintas de pensamento da linguagem.

Uma via remonta a Aristóteles e a outra aos filósofos estóicos. A primeira considera a linguagem enquanto constituída por convenção social; a língua consiste em um conjunto de relações harmônicas. A segunda pensa a língua como relacionada à natureza: “as palavras são imitações do mundo” (ibid., p.29). Os estóicos, ao contrário dos analogistas, focam sua atenção nos casos em que irrompem irregularidades, anomalias na relação entre a língua e a natureza; eles acusam os primeiros de terem a pretensão de corrigir a língua.

A Lingüística, para Gadet e Pêcheux (ibid.), ainda hoje, segue esta divisão. Temos, de um lado, o empirismo, herdeiro dos estóicos, que se configura “em uma concepção historicizante dos ‘fenômenos sociais’” (ibid., p.31) e que se resignifica na figura do sociologismo. De outro lado, está o racionalismo que busca arquitetar “a unidade da língua e a coerência sistêmica do pensamento” (ibid., p.31) e tem no horizonte a figura do logicismo.

Ambas correntes buscam uma unidade na língua. Os racionalistas afirmam a existência dessa unidade, “naquilo que nela faz Um” (ibid., p.30), enquanto os sociologistas sustentam que a língua é marcada por uma divisão atingida por variações, as quais também merecem ser descritas como dados lingüísticos. Dessa forma, estes últimos visam à restauração de uma unidade desfeita pelos racionalistas, tendo em vista que estes excluem de seu escopo os ‘barbarismos’ lingüísticos.

Os dois pensamentos convergem, uma vez que ambos visam a uma organização da língua. Entre as questões que constituíram historicamente um ponto de encontro entre eles, citamos as seguintes: (1) “devemos reformar as línguas existentes ou construir línguas artificiais?; (2) devemos comparar as gramáticas existentes ou construir uma gramática universal?” (ibid., p.33). Os dois lados se cruzam em busca de uma língua perfeita que seja comunicável e entendida por todos. Quanto à primeira pergunta, podemos dizer que ela tenha buscado uma resposta no campo da Inteligência Artificial, enquanto a segunda, no da Tradução Automática.

Para estas duas correntes, a língua é pensada enquanto um instrumento que pode servir ao homem em seu desejo de comunicação universal, de pleno entendimento.

#### 1.4 Língua e sujeito desencarnados?

Como vimos anteriormente, a constituição das ciências pelas condições de produção históricas, as quais configuram o clima hostil do homem em relação a ele mesmo, corroboram o pensamento de que a inteligência, a memória e a linguagem podem ser transferidas para o exterior do homem. A língua, nesse contexto, pode ser apropriada por um instrumento que assimile as suas propriedades. Surgem daí os argumentos que situam o domínio digital em consonância com a concepção formal de língua. Cabe lembrar que esta concepção classifica a língua enquanto um sistema autônomo/abstrato que toma corpo em outro plano que não o do nosso entorno referencial. A técnica, a linguagem e a memória, nesses termos, poderiam situar-se além do domínio humano, em uma realidade à parte. A fabricação de uma língua artificial, a qual não teria nenhuma afinidade com a linguagem natural, por exemplo.

Não é por acaso que as fronteiras entre a ficção e a ciência se tornam frágeis. Filmes, como **O exterminador do futuro**, tematizam a concepção de máquinas inteligentes, as quais passam de uma relação de subordinação ao homem a uma relação de dominação dele. Em outros, como **Matrix**, concebe-se a existência de um outro mundo que governa o mundo dos homens.

A concepção de uma realidade além da nossa não precisa ir tão longe assim. Basta tomarmos como exemplo o surgimento de um outro espaço, o ciberespaço, o qual se tornou, nos últimos anos, parte de nossa rotina. Segundo Wertheim (2001, p.14),

os promotores atuais do ciberespaço apregoam seu domínio como um reino idealizado 'acima' e 'além' dos problemas de um mundo material conturbado. Exatamente como os cristãos primitivos, prometem um reino 'transcendente' (...).

A noção de ciberespaço enquanto um espaço celeste, segundo a autora supracitada, é atualmente muito difundida. Para 'ciberentusiastas', entre os quais, o especialista em robótica Hans Moravec, o ciberespaço seria futuramente um espaço para a vida eterna. Este especialista cogita existir "a possibilidade de um dia fazermos o *download* de nossas mentes para computadores, de tal modo que

poderíamos transcender a carne e viver para sempre no domínio digital” (Wertheim, *ibid.*, p.15). Como podemos observar, este imaginário do ciberespaço não se restringe ao mundo ficcional, ao chegar ao domínio científico. Outro exemplo disso nos é dado por Lafontaine (2004, p.206):

enthousiasmé par les promesses du projet ‘Genome Humain’, le biologiste moléculaire et prix Nobel Walter Gilbert déclarait, en 1990, qu’il serait bientôt possible de graver le contenu d’un être humain sur CD et de pouvoir ainsi le transporter dans ses poches<sup>13</sup>.

As fronteiras entre ficção e realidade parecem se desfazer. Sairíamos do nosso plano físico para habitarmos em um ciberparaíso? Estaríamos constituindo um mundo à parte do nosso, destituído de real, ao ingressarmos em uma realidade virtual?

A noção de virtual, na perspectiva de Lévy (1996), toma forma com a constituição da linguagem. Com ela, a humanidade passou a habitar um espaço virtual: “nossa espécie [...] se constituiu na e pela virtualização” (Lévy, *ibid.*, p.71).

O homem, ao tornar-se um ser de linguagem, pôde compreender-se como tal, significar-se diante do mundo, separar-se dele. Nas palavras de Benveniste (1995, p.286), “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. Dizer eu, constituir-se como um sujeito no mundo, separado do seu entorno, só é possível por meio da mediação, entre o ‘eu’ e o mundo, entre o ‘eu’ e o ‘tu’, efetivada por meio da linguagem, por meio do simbólico. Afirmar ‘ego’ é colocar-se diante do outro, como diferente dele, é destacar-se dos objetos que nos cercam, nomeando-os, significando-os, constituindo a realidade. A linguagem tornou possível discernir o homem do universo. Enquanto um sujeito de linguagem, o homem despreendeu-se do ‘aqui’ e do ‘agora’, podendo constituir sentido sobre o ‘lá’, o ‘ontem’ e o ‘amanhã’.

A linguagem permitiu mediar o homem e o seu entorno referencial, povoando-o de significantes, de pontos de impossível, os quais sempre reclamam por significados. O virtual, simbolizando o mundo significante, vai em busca constantemente de uma resolução, do atual (Lévy, *op.cit.*), que comparece na forma

---

<sup>13</sup> Tradução nossa: entusiasmado pelas promessas do projeto ‘Genoma Humano’, o biólogo molecular e prêmio Nobel Walter Gilbert declarava, em 1990, que seria brevemente possível gravar o conteúdo de um ser humano em um CD e de poder assim o transportar em seus bolsos.

de significados. Estes povoam nossa memória na forma de uma virtualidade, de um processo de virtualização, o qual procura novamente por atualizações. Nas palavras de Monteiro (2002, p.233),

assim estaremos nós com a noção de <<virtual>>, a procurar que ela vá progressivamente significando, a experimentar relacionar certos aspectos do virtual com certos aspectos da experiência significativa e sobrando-nos sempre um <<significante flutuante>>.

Nesse sentido, o mundo está sempre a ser significado, a constituir o 'real'. Entendemos que esta constituição se dá no vaivém do virtual e do atual. O real não se apresenta como o oposto do virtual. Pelo contrário, aquele só se torna possível a partir do constante jogo simbólico engendrado entre o virtual e o atual (Lévy, 1996).

Cabe aqui retomarmos o raciocínio de Rodrigues (1998, p.90):

já há muito que tínhamos perdido a ilusão da apreensão imediata do real; não precisamos de esperar pela invenção das tecnologias digitais da informação. A descoberta da autonomia dos significantes em relação aos significados e às coisas designadas é anterior à própria invenção da escrita.

Portanto, afirmar que o virtual se constitui como uma realidade falsa é incorrer no pensamento de que "o novo ambiente simbólico [o do ciberespaço] não representa a 'realidade'", ao entender que pode haver uma "experiência real 'não-codificada'" (Castells, 1999, p. 395).

Nessa perspectiva, a realidade é experienciada simbolicamente, no entremeio de significantes e significados que não cessam de procurarem-se uns aos outros. Para nós, entender de que forma se constitui o real e o virtual é levar necessariamente em conta a maneira como se concebe a linguagem que, nas palavras de Orlandi (1999, p.15), é pensada como

mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Atualmente este jogo entre o virtual e o atual se dá de uma forma diferenciada, pois encontra outro espaço de significação, o ciberespaço. Nele, substituímos o mito antigo do centauro para dar lugar a um novo ser – o cyborg, o qual representa uma simbiose homem-máquina.

Conforme Rosa (2000, p.322),

onde antes tínhamos consciência de estar a usar algo <<outro>>, nem mundo nem sujeito-utilizador [...], passamos a tomá-lo como algo que é parte do mundo [...] que é parte de nós [...], ou, no limite, tudo isso em simultâneo.

Com o advento do cyborg, a técnica não se materializa enquanto um instrumento, mas como algo que está dentro do homem ou misturado a ele. Exemplos disso são a implantação de chips de inteligência e de memória no cérebro. Por meio deste empreendimento, torna-se possível transferir um saber materializado em um suporte exterior ao homem para sua interioridade. Robin (1997) trata de um outro modo de existência do cyborg, o qual, para a autora, constitui um processo diferenciado de identificação do sujeito - com um *cybersoi*: uma identidade fictícia, que adquire existência ao se mover no ciberespaço, em um “véritable laboratoire où s’explorent de nouvelles formes d’identités”<sup>14</sup> (ibid., p.263). Neste laboratório, podemos escolher um outro sexo, uma nova personalidade, um nome diferente, um outro corpo.

Nessa conexão, o homem, ao mesmo tempo em que se desubjetiva, ao ser mecanizado pela máquina, subjetiva-se de uma maneira diferente, num encontro com a máquina.

Nas palavras de Dias (2004, p.50), “a técnica, de mero instrumento, passa a ser um efeito no processo de subjetivação e identificação do sujeito”. A técnica não se restringe ao domínio mecânico. O ciberespaço é habitado tanto pelo domínio humano como pelo tecnológico.

A técnica, nesse entendimento, não está separada do homem. Ambos são mutuamente constitutivos. Segundo Lévy (1996, p.74),

por uma espécie de espiral dialética, a exterioridade técnica só ganha eficácia se for internalizada de novo. A fim de se utilizar uma ferramenta,

---

<sup>14</sup> Tradução nossa: verdadeiro laboratório onde se exploram novas formas de identidades.

deve-se aprender gestos, adquirir reflexos, recompor uma identidade mental e física.

Assim como a linguagem, a técnica também consiste em processos de virtualização. Ou seja, ambas fazem emergir outros modos de constituição da realidade, gerando, portanto, uma heterogênese, uma mutação de identidade, em que entram em jogo a transformação e o deslocamento das experiências humanas. O fogo, por exemplo, foi virtualizado quando os humanos aprenderam a entrecocar pedras de sílex. A sua virtualização só se torna possível, quando o fogo passa a não ser mais somente conhecido enquanto presente ou ausente, mas como algo potencialmente existente nas técnicas de acendimento. O homem pode experimentar o fogo de uma maneira diferente, não precisando mais depender da vontade da natureza para ter acesso a ele. Isso implica em um deslocamento no seu modo de viver; outras realidades podem ser criadas, pode-se tomar conhecimento de espaços, os quais são visíveis apenas por meio de luz: o interior de cavernas, por exemplo (Lévy, *ibid.*).

Nessa perspectiva, não podemos perder de vista o que às vezes parece ser esquecido: o fato de que as tecnologias são produzidas pelos homens, e não ao acaso, mas como frutos de certas condições sócio-históricas. Assim, o que é do sujeito histórico também faz parte da máquina, da técnica. Nosso ponto de vista, portanto, é de que técnica e homem, língua e sujeito devem ser pensados enquanto mutuamente constitutivos e não enquanto elementos opositivos, os quais se excluem uns aos outros. Técnica e língua não são meros instrumentos, mas processos de constituição do sujeito.

## **1.5 Refletindo sobre a linguagem**

Saussure (1974) afirma que um estudo lingüístico depende do enfoque que é dado ao fato lingüístico. A partir do olhar dado pelo lingüista sobre o fenômeno lingüístico, cria-se, constrói-se o objeto. Essa possibilidade de construir o objeto a partir de perspectivas diferentes evidencia a complexidade do fenômeno lingüístico.

Refletindo sobre como se deve abordar o objeto pela Lingüística, Saussure (2002, p.25) sustenta que

quem se coloca diante do objeto complexo que é a linguagem, para fazer seu estudo, abordará necessariamente esse objeto por tal ou tal lado, que jamais será toda a linguagem, supondo-se que seja muito bem escolhido, e que, se não for tão bem escolhido, pode nem ser de ordem lingüística ou representar, depois, uma confusão inadmissível.

Nessa perspectiva, não há como abordar a linguagem como um todo; deve-se necessariamente eleger um dos lados do fenômeno lingüístico, do contrário o estudo do objeto não seria viável. No entanto, Saussure (1974, p.16) afirma que “o fenômeno lingüístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra”. A existência de uma língua passa necessariamente pela vinculação de uma imagem acústica a uma idéia, de um signo a uma significação, apesar de não haver “nada em comum, em essência, entre um signo e aquilo que ele significa” (Saussure, 2002, p.23). A linguagem é, dessa forma, caracterizada como um fato complexo que consiste no acoplamento de objetos heterogêneos.

Com a finalidade de constituir nosso ponto de vista em relação à linguagem, tomamos como ponto de entrada a teoria saussureana. Quando Saussure (1974, p.80) afirma que “o signo lingüístico não é uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”, ele atribui à língua um lugar independente de seu exterior, da realidade significada por ela. A exclusão da referência é o que confere poder à língua para significar o mundo. Só enquanto autônoma, ela pode exercer a função de mediação entre o homem e o mundo.

Saussure (1974), contrário à concepção da língua enquanto uma nomenclatura, entende-a como fechada em si mesma, como um conjunto de signos relacionados uns aos outros na forma de um sistema. Desse modo, os elementos lingüísticos não possuem uma relação com o seu exterior, mas uma relação entre eles, a qual é definida pelo valor lingüístico.

O valor de um signo se define pela diferença de ordem negativa em relação a outros signos. Diferença e negatividade são dois pontos essenciais no que concerne à relação entre a arbitrariedade e o valor, uma vez que são estas propriedades que desfazem o pensamento de que as palavras possuem um valor positivo, ou seja, propriedades intrínsecas de significação, as quais simulariam uma relação direta entre signo e objeto. Ao valor positivo sobrevém o valor negativo, isto é, a significação decorre de uma relação opositiva entre os termos da língua. O sentido



de um termo é delimitado por outro no conjunto do funcionamento do sistema lingüístico.

Segundo Saussure (2002, p.61),

jamais se compreenderá o suficiente da essência puramente negativa, puramente *diferencial*, de cada um dos elementos da linguagem, aos quais atribuímos precipitadamente, uma existência: não há nenhum deles, em nenhuma ordem, que possua essa suposta existência.

Há, nessa perspectiva, um impossível de simbolização que reside na língua: “la parole elle-même ne va pas en tous sens, se heurtant sans cesse à ceci que tout ne se dise pas<sup>15</sup>” (Milner, 1978, p.8). Como a palavra não carrega uma etiqueta fixando o seu sentido, as suas possibilidades de significação são variadas. Todas as suas significações possíveis não são constituídas ao mesmo tempo, pois as palavras têm o seu sentido determinado em função de outras que as cercam.

Decorre disso, que o significante não possui uma relação de imanência com o significado. Dessa forma, diferentes significados podem assumir o mesmo significante e diferentes significantes podem assumir o mesmo significado. Esta intercambiabilidade pode ser observada pela grande quantidade de casos de homofonia e de homossemia existentes na língua. Este processo complexo de relações entre signos faz com que “um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro” (Gadet e Pêcheux, 2004, p.55). Logo, as palavras não possuem um sentido primeiro: “não há diferença entre o sentido próprio e o figurado das palavras – porque o sentido das palavras é uma coisa essencialmente negativa” (Saussure, 2002, p.73).

As relações de diferença negativa entre os signos ocorrem, segundo Saussure (1974), em duas esferas – na das relações sintagmáticas e na das relações associativas.

As séries associativas deixam entrever, além das relações significantes, as relações de sentido entre as palavras: “a associação pode se fundar também apenas na analogia dos significados (*ensino, instrução, aprendizagem, educação, etc.*)” (Saussure, *ibid.*, p.145). O paradigma abre a possibilidade de tomar uma palavra por

---

<sup>15</sup> Tradução nossa: a palavra em si mesma não vai em todos os sentidos, chocando-se sem cessar a isto: tudo não se diz.

outra, ou seja, ele funciona metaforicamente. Pêcheux (1997a) significa este processo, a partir do que ele denomina como efeito metafórico – “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (ibid., p.96). Uma palavra pode ser tomada por outra em determinadas situações de emprego, mas não sempre. Os termos brilhante (x) e notável (y), por exemplo, são intercambiáveis em determinados contextos, mas em outros não. Seria possível enunciar *este matemático é x/y*, ao passo que, em *a luz brilhante do farol o cegou*, não seria pertinente ocorrer uma substituição (Pêcheux, ibid.). Estes sinônimos são contextuais, logo não são equivalentes, pois o sentido não é definido como causa de si em um signo. A relação de sinonímia não é dada por uma propriedade intrínseca e comum a signos diferentes, mas nas relações sintáticas passíveis de serem realizadas.

Os signos *brilhante* e *notável* têm o seu valor definido pelo que os cerca. O seu sentido não é dado a priori, mas no momento em que são postos em relação negativa. Nesse caso, são as combinações que a língua é capaz de forjar que determinam o valor do signo. Elas se dão no sintagma. Nele, “os termos estabelecem entre si [...] relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo” (Saussure, 1974, p.142).

Estas relações opositivas no sintagma complexificam as do paradigma, em virtude das combinações formais que podem ser sintaticamente engendradas. Além dos sentidos ‘previstos’ no paradigma, o jogo das relações sintáticas dá abertura para que outros sentidos irrompam.

Para ilustrar este jogo de constituição de signos no paradigma e no sintagma, fazemos referência ao estudo de Guilhaumou e Maldidier (1994) sobre os enunciados *Pão e liberdade* e *Pão e ferro*.

Com a tomada da Bastilha, os movimentos populares instalam a linguagem da liberdade. Entre os primeiros textos que estabelecem a memória do acontecimento de 14 de julho, Guilhaumou e Maldidier (ibid., p.67) destacam o seguinte:

Franceses!, é a nossos representantes, à guarda francesa, e a nós mesmos, que devemos nossa liberdade; mas a liberdade não é nada sem

as boas coisas da vida; espero que nossos deputados ocupem-se do barateamento do pão, em favor da classe menos favorecida.

Pão e liberdade são associados, pois a liberdade não poderia ser instituída se o povo não tivesse o que comer. O acesso ao pão é condição para a constituição da liberdade. Esta associação marca também uma falha no ideal de igualdade previsto pelos Direitos do Homem, ao “ratificar a divisão entre as classes dirigentes e as massas populares” (ibid., p.168). Quer dizer, se há uma demanda pelo pão é porque há uma parte da população que não pode ter acesso a ele.

O enunciado *pão e a liberdade* dominou a conjuntura dos anos 1789-1792. Desde 1793, “esta coordenação está forçada a coabitar com *pão e ferro*” (ibid., p.179). Em 1789, a coexistência destes enunciados não seria possível, uma vez que o ideal de liberdade seria anulado pela presença do ferro, o qual remete às forças armadas que, por sua vez, reprimiam as manifestações que reivindicavam por pão e liberdade.

Nesse contexto, conforme Guilhaumou e Maldidier (ibid., p.178),

o lugar gramatical de *liberdade/livre* nos contextos de *pão E ferro* lhe confere incontestavelmente um valor de *pré-construído*, de já-lá. [...] A *liberdade* mudou de estatuto: ela não é mais, como na primeira configuração, o objeto de uma vontade política, um princípio a conquistar.

O sentido de liberdade já está cristalizado quando da emergência da palavra de ordem *pão e ferro*. Ferro coloca-se no paradigma das necessidades, dos direitos. O que une pão e ferro numa relação paradigmática tem a ver com os direitos – à existência e à insurreição -, os quais implicam um pré-construído de liberdade.

Ferro e liberdade, no horizonte de uma análise lingüística, se associados um ao outro, em uma relação paradigmática, figurariam enquanto antônimos, uma vez que o primeiro poderia evocar o sentido de correntes, de prisão, o qual funciona numa relação de oposição à liberdade.

O estranhamento gerado pela coexistência dos dois enunciados – *Pão e liberdade* e *Pão e ferro* - emerge de uma questão lingüística, do seu arranjo sintático,

mas a possibilidade de ocorrência deles deriva de outro elemento, o das condições de produção históricas, nos quais eles tomaram corpo.

Nesse sentido, conforme Guilhaumou e Maldidier (ibid., p.172-173)

a análise lingüística constrói o paradigma de termos que aparecem junto a *pão*. A análise discursiva traz à tona os confrontos que jogam em torno das coordenações. Ao invés de nos preocuparmos com a questão gramatical da boa formação da coordenação, interessa-nos discutir a legitimidade, aceitabilidade da coordenação.

O funcionamento da língua extrapola, dessa forma, a sua organização interna. Quer dizer, há algo que escapa ao seu escopo, dito autônomo, e que tem a ver com o uso que se faz dela. Nas palavras de Pêcheux (1997c, p.91), “todo sistema lingüístico [...] é dotado de uma *autonomia relativa*”. Supõe-se então que há algo de externo à língua que vem a constituí-la. A constituição da língua diz respeito, portanto, às relações estabelecidas entre as suas unidades – signos, enunciados -, as quais são postas em movimento pela história.

A língua, nessa perspectiva, é entendida como “dispersão de regularidades lingüísticas constituídas sócio-historicamente” (Guimarães, 1989, p.76). São os enunciados que constituem os signos, tal como vimos na relação entre os enunciados *pão e liberdade* e *pão e ferro*. O significado destes signos é dado pelas relações lingüísticas postas em funcionamento na sociedade e na história.

Propomos, assim, a partir de Pêcheux (1997c), um estudo da linguagem que vise a uma relação de recobrimento língua e discurso, base lingüística e processo discursivo. Supõe-se que há uma presença do formal no discursivo e do discursivo no formal e que estes são mutuamente constitutivos. Um dos modos de observação desta relação se dá a partir de como funciona a sintaxe na língua. Conforme Marandin (1994, p.125), “a sintaxe mediatiza toda relação forma/sentido mesmo quando não organiza as formas dotadas de sentido”.

Cabe ressaltar que a relação entre língua e discurso não consiste em uma substituição da oposição língua x fala, pois, conforme Orlandi (1999, p.22),

nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes lingüísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas e equívocos.

É importante dizer que a relação entre língua e discurso não é de complementaridade, em que o que faltasse à língua estaria no discurso e vice-versa. Língua e discurso não estão prontos; eles se constituem na história. Se eles se complementassem, não haveria ruptura de sentidos. Cabe lembrar que os sentidos estão sempre a se constituir, a se contradizer, a tomar outros caminhos. O sentido da palavra ferro, por exemplo, no estudo por nós acima referido, constitui-se no jogo da língua com a história. O seu significado se contradizia no de liberdade, mas tomava outro caminho – o da associação com um dos sentidos possíveis de liberdade.

## **2. Tempo, espaço e formalização: por um projeto de completude informacional**

De acordo com Auroux (1998, p.289), estamos atualmente presenciando o início da terceira revolução tecnolingüística – “a do tratamento eletrônico da informação apresentada em linguagem natural”. A primeira é marcada pela invenção da escrita; a segunda pela gramatização de diferentes línguas, a qual se constitui mutuamente com o tratamento impresso do texto escrito e a terceira retoma as duas primeiras no que tange ao tratamento formal dado à linguagem.

Além dos diferentes modos de constituição da formalização ao longo dessas três revoluções, há, em cada uma delas, uma modificação na percepção das categorias de tempo e de espaço. No presente capítulo, pensamos o funcionamento dessas noções no que concerne à constituição da linguagem e da memória no site de busca Google.

### **2.1 Materialidades da escrita, tempo e espaço**

A invenção da escrita permitiu representar visualmente e fixar espacialmente a linguagem natural, à diferença do modo oral de manifestação da linguagem, o qual não pode ser visualizado, nem disponibilizado espacialmente<sup>1</sup> (Auroux, 1998).

Estas características autorizaram a circulação da linguagem de maneira diversa daquela da modalidade oral, de sorte que nos foi possível ter acesso ao formato manuscrito, mais tarde ao impresso e atualmente ao eletrônico. Todas estas materialidades fundam-se na escrita, por esta constituir-se em um suporte transposto da linguagem natural<sup>2</sup>.

Essas três materialidades possuem diferentes particularidades. Com a finalidade de traçarmos estas diferenças, tratamos primeiramente de algumas conseqüências decorrentes da invenção da escrita. Segundo Auroux (ibid., p.90), “a

---

<sup>1</sup> Quando usamos os termos ‘representar’ e ‘fixar’, não estamos afirmando que há a possibilidade de apreender a linguagem como se ela se reduzisse a um conjunto de sinais gráficos, reunidos em sua totalidade em um sistema de formas. Nosso objetivo é diferenciar a escrita da oralidade, ao destacar algumas de suas propriedades - a visual e a espacial.

<sup>2</sup> Auroux (1998, p.63) define como suporte transposto da linguagem natural “qualquer substituição do suporte áudio-oral em proveito de um outro, enquanto permanece a identidade da linguagem”.

escrita permite ultrapassar a linearidade em proveito da bidimensionalidade”. Quer dizer, a natureza espacial possibilita fazer uso da escrita de modos diferentes, entre os quais destacamos: (1) respeito a uma linearidade rigorosa, por meio da prática de uma leitura de uma palavra após outra; (2) possibilidade de usar o espaço em outra dimensão, ao saltar linhas, ao contar e marcar palavras que aparecem com recorrência na superfície lida.

A bidimensionalidade é característica tanto do rolo, do códex (versão mais antiga do livro, surgido no século IV da era cristã), do livro (no formato como o conhecemos atualmente), como do texto eletrônico. No entanto, as formas assumidas pela produção da escrita e a recepção desta modificam de uma materialidade para outra.

Com o códex, gestos, os quais não podiam ser realizados com o uso do rolo - “escrever enquanto se lê, folhear uma obra, encontrar um dado trecho” (Chartier, 2002, p.106) - e que são facilitados pela “invenção da página e pela indexação” (ibid., p.106), tomam forma. Com o rolo, condições de leitura são impostas, pois uma ordem pré-determinada deve ser seguida. Textos, que deixassem ao leitor a escolha da ordem de seus capítulos, eram impensáveis na materialidade do rolo (Manguel, 2000, p.303).

Com o advento do códex, vários rolos puderam ser transpostos para esta materialidade. Do rolo ao códex, o lugar/o espaço ocupado pelo conteúdo da escrita diminui assim como se torna mais rápido seu manuseio no que concerne aos movimentos de paginação e de localização de determinados trechos escritos no suporte.

Com a invenção da imprensa, no século XV, inicia-se a tipografia de livros. Este acontecimento faz do livro uma materialidade passível de ser reproduzida em maior escala do que o códex não impresso. Do momento da produção ao da reprodução, o tempo despendido torna-se menor. Além disso, o texto impresso também conquista maior espaço de circulação/recepção, em função da quantidade de exemplares reproduzidos.

Mais tarde, a escrita presta-se a um novo tratamento: o texto eletrônico. Nasce uma nova textualidade: o hipertexto. Robin (2003) o define ao compará-lo com o livro: enquanto o livro é um dado material, finito enquanto texto e manuseável, o hipertexto é imaterial; característica esta que faz com que ele não tenha um

tamanho definido e que ele se constitua por uma ligação indeterminada entre links. Passa-se da bidimensionalidade para a multidimensionalidade, pois vários espaços textuais podem ser acessados, pela consulta, quase que coincidente, a diferentes janelas. A partir de uma mesma superfície, o usuário pode conectar-se a um número indeterminado de textos, sons e imagens de maneira instantânea sem precisar sair da frente da superfície da tela do computador.

Nesse percurso – do rolo ao hipertexto -, o tempo despendido para se manusear a obra escrita, assim como o tempo para produzi-la torna-se cada vez mais acelerado e o espaço comportado por ela cada vez mais compacto.

## **2.2 Tempo, espaço, lugar – uma abordagem histórica**

Na Idade Média, o trabalhador não podia deslocar-se no espaço em função do tempo. Ele dependia do toque do sino, o qual determinava o horário de trabalho. Conseqüentemente, se ele se deslocasse espacialmente não seria possível ouvir o toque do sino<sup>3</sup>.

Segundo Giddens (1991, p.25-26), nas culturas pré-modernas,

ninguém poderia dizer a hora do dia sem referência a outros marcadores socioespaciais: 'quando' era quase, universalmente, ou conectado a 'onde' ou identificado por ocorrências naturais regulares.

O homem relacionava-se com o espaço, a partir da medida de um tempo cíclico (Cohn 2005)<sup>4</sup>, o qual se constitui por meio de um retorno: o sino tocava todos os dias à mesma hora, o sol se punha e nascia também a partir de uma regularidade, imposta pela natureza. A natureza e os referentes sócio-espaciais estabeleciam uma medida para a duração do movimento do homem no espaço. Espaço e tempo restringiam-se e vinculavam-se um ao outro. A prática do espaço era localizada – espaço e lugar coincidiam.

---

<sup>3</sup> Este parágrafo constitui-se de um comentário realizado por Eni Orlandi em uma reunião de trabalho, sobre o projeto “A produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico”, realizada no primeiro semestre de 2005 no Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb).

<sup>4</sup> As considerações feitas, neste texto, sobre tempo linear e tempo cíclico foram tomadas de empréstimo a uma fala, intitulada *Aceleração do tempo, tecnologia e destruição*, a qual foi feita por Gabriel Cohn no Espaço Cultural CPFL de Campinas, em 2005.



Estamos aqui estabelecendo uma diferença conceitual entre espaço e lugar. O primeiro está associado ao movimento, à ação. O segundo está associado à localização, à fixidez. O espaço se define pela instabilidade e o lugar, inversamente, pela estabilidade. O espaço configura-se pela prática de um lugar; ele se constitui através da ação de ir de um lugar até outro. A sua prática envolve um ato de narração, no qual estão implicados vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. A noção de espaço está para a de movimento assim como a noção de lugar está para a de visualização (De Certeau, 1996).

Quando a prática do espaço não se limitava ao local, quando se estava no limiar de uma transposição de fronteiras, de encontro com o estrangeiro, a prática espacial, na Roma antiga, era iniciada por um ritual, o qual cabia a sacerdotes especializados. A conquista espacial não se configurava, portanto, como uma atividade ordinária, mas sim como um ato fundante de legitimação de uma prática (De Certeau, *ibid.*). Esta necessidade ritual manifesta uma não dominação de lugares, um desconhecimento do não visto, do não experienciado.

Este confronto com o novo é evidenciado também na Idade Média, período em que uma prática espacial fazia de um mapa uma coincidência entre lugar e espaço, uma vez que eram caracterizados por figuras narrativas, tais como, traçados retilíneos, menção de etapas a serem efetuadas.

A partir do Renascimento, com as Grandes navegações, iniciou-se

o mapeamento progressivo do globo que levou à criação de mapas universais e o espaço estabeleceu-se como 'independente' de qualquer lugar ou região particular (GIDDENS, 1990, p.27).

Intensifica-se um novo movimento que vai do local ao global, fazendo com que haja não mais uma coincidência entre espaço e lugar. Assim, "o mapa fica só. As descrições de percursos desaparecem" (De Certeau, *op.cit.*, p.207). Os territórios começam a ser conquistados. O outro, o estranho, passa a tornar-se conhecido.

Dessa separação entre espaço e lugar, decorre uma outra – entre espaço e tempo. Com a unificação dos calendários, com a uniformização da mensuração do tempo advinda da invenção do relógio no século XVIII, o tempo se universaliza e passa a determinar as práticas espacializantes. O relógio, tornando-se portátil, faz

com que o trabalhador não precise mais mensurar o tempo pelo sino da igreja, podendo assim se deslocar no espaço.

À diferença das culturas pré-modernas, institui-se um tempo linear, na Modernidade. Este tempo é mensurável e não mais estabelecido por referentes naturais e sócio-espaciais. O homem pode então controlar, estabelecer, cronometrar os intervalos de tempo, por meio do uso de instrumentos. Com esta possibilidade de determinação dos intervalos de duração, o tempo torna-se flexível e relativo, tanto podendo ser lento como acelerado.

A relação com o tempo de maneira cronométrica pode ser ilustrada pelo controle da jornada de trabalho, (ainda corrente em nossos dias), iniciado na época da industrialização, em que a marcação das horas de trabalho comparece como um dos fatores determinantes do valor do salário a ser recebido pelo trabalhador. A mensuração do tempo vem a ser um dos fatores de constituição do modo como o homem vive em sociedade. Há 'horas' para o trabalho, há 'horas' para lazer, ou seja, é esta demarcação de 'horas' que configura os lugares, os quais o homem pode/deve ocupar.

No entanto, diríamos que espaço e tempo são mutuamente constitutivos, uma vez que a percepção do espaço a partir do Renascimento também se apresenta como um fator de constituição do tempo, se levarmos em conta que o desenvolvimento da pintura em perspectiva, a invenção do telescópio e a conquista do espaço pelas Grandes navegações tornaram possível a projeção do homem do espaço local para um espaço global. A partir desta projeção, proporcionada por um movimento, por meio do espaço, de prática de lugares outros, foi possível ao homem vislumbrar um tempo futuro, ou seja, um tempo não mais cíclico; tempo este que tinha como referência os mesmos lugares.

A pintura em perspectiva inaugura uma outra visão do espaço. Segundo Wertheim (2001, p.82), "ao olhar para uma imagem em perspectiva a partir do centro de projeção [...] o espectador literalmente 'toma o lugar' do artista: seus olhos substituem o olho do artista no ponto gerativo da cena". O espaço é visto em projeção. O olho do artista é virtualizado (ibid.), ao poder perambular pelo espaço físico livremente. Esta virtualidade do olhar torna-se possível também com o telescópio. O espaço, que antes se limitava ao alcance a olho nu, passou também a ser experienciado por meio de uma 'tele-visão'.

Este alcance espacial condicionou o movimento do homem, o qual pôde então se deslocar do local ao global, lançando-se ao mar na perspectiva de deparar-se, no futuro, com territórios distantes.

Segundo Laïdi (1999), a noção de futuro passa a ter papel fundamental no iluminismo. Este autor destaca três princípios deste movimento intelectual: (1) o homem tem o poder de decidir o seu próprio destino; (2) ele tem a possibilidade de se ver livre da sua condição original para se transcender atingindo o universal; (3) a História é orientada em função dos objetivos dos homens, o que supõe um domínio destes sobre os acontecimentos. Este edifício intelectual supõe um domínio do homem sobre o espaço, ao longo do tempo. A percepção destas categorias se dá conforme uma espécie de livre arbítrio conferido ao homem pelo uso da razão. Ele pode 'movimentar-se' do local ao global, traçando o seu próprio destino, ou seja, significando o espaço pela sua própria vontade, por meio de uma autoconsciência do passado e do presente, a qual se configura em um projeto para o futuro. Os tempos passado, presente e futuro são discerníveis.

Mas, na sociedade em rede, há uma sobrevalorização do tempo presente. Os tempos são colocados em relação no presente. Nas palavras de Castells (1999, p.487), na mídia eletrônica, "a ordenação dos eventos significativos perde seu ritmo cronológico interno e fica organizada em seqüências temporais condicionadas ao contexto social de sua utilização".

A partir dessa organização da rede, o tempo passa a não ser mais somente concebido como uma seqüência ordenada de eventos, pois se instaura um "tempo intemporal" (Castells, *ibid.*). Do nosso ponto de vista, o tempo cronológico não veio a ser suplantado por um tempo intemporal, o qual se configura pela constituição de um 'sempre presente'. Para nós, esta modalidade temporal não toma lugar, ao substituir o tempo cronológico, mas por meio da instalação de intervalos cada vez mais curtos entre as seqüências temporais, os quais não negam a cronologia temporal, embora sobrecarreguem o tempo presente.

Uma das explicações possíveis para a sobrecarga do tempo presente é o fato de o espaço constituir o tempo na materialidade metálica. Esta constituição já pode ser percebida com o telefone e com a mídia televisiva. O telefone torna a comunicação oral instantânea independentemente de fronteiras geográficas. A televisão, como podemos observar pela sua própria etimologia, torna o distante (tele)

acessível pelo olhar (visão). Ambos meios de comunicação, a partir da superação de fronteiras, diminuem consideravelmente o tempo de contato entre pessoas e entre pessoas e fatos.

Com vistas a entendermos esta constituição do espaço sobre o tempo na Internet, traçamos uma comparação entre o fato das Grandes Navegações marítimas e o fato da navegação em rede. As Grandes Navegações tiveram como uma de suas conseqüências a conquista de espaços até então desconhecidos, por meio de uma superação de fronteiras físicas. No contexto ciberespacial, também se ultrapassam fronteiras, mas estas estão em suspenso. Há uma constante e indeterminada prática de lugares sem que haja obstáculo físico. Isto só é possível por meio da “existência de suportes materiais de simultaneidade que não dependam da contigüidade física” (Castells, *ibid.*, p.436). Estes suportes permitem o acesso a um espaço imaterial, não físico – o ciberespaço.

Em uma página da Internet, a prática espacial toma forma primeiramente pela possibilidade dada pela janela do programa de acesso à rede, o qual nos dá a opção de digitarmos um endereço eletrônico. Em seguida, podemos dar dois cliques com o mouse sobre o endereço digitado, ou teclarmos Enter ou então clicarmos sobre o link Ir. Basta uma destas operações ser realizada para que se chegue ao site solicitado. Como não há uma dependência em relação à contigüidade física, em virtude da compressão do espaço decorrente da organização em rede da Internet, sites podem ser acessados instantaneamente, assim como as janelas onde eles estão contidos podem ser fechadas de imediato. Desse modo, um lugar pode ser praticado de maneira efêmera, rápida, tendo em vista que a prática espacial compacta-se em uma tela de computador. Praticar um lugar em um espaço compacto faz com que o tempo dessa ação se acelere.

Podemos fazer essas relações entre tempo e espaço, ao longo da história, por meio do seguinte quadro:

	<b>Tempo</b>	<b>Espaço</b>
<b>Antigüidade e Idade Média</b>	Cíclico	Localizado
<b>Grandes navegações</b>	Linear	Em expansão (do local ao global)
<b>Navegação em rede</b>	Acelerado	compacto

Quadro 1 – Tempo e espaço ao longo da história

### **2.3 Sobre o funcionamento das categorias de tempo e de espaço no site de busca Google**

Tendo em vista entendermos o funcionamento dos modos de percepção do tempo e do espaço na materialidade metálica, observamos o modo como o site de busca Google disponibiliza os resultados de uma consulta<sup>5</sup>. Lançamos o termo “CPI dos correios”, no dia 18 de junho de 2005. O resultado da busca pode ser observado na figura abaixo:

---

<sup>5</sup> O site de busca Google constitui-se como um lugar entre outros - sites de busca Yahoo, MSN, Altavista - de observação do funcionamento das categorias de tempo e espaço.

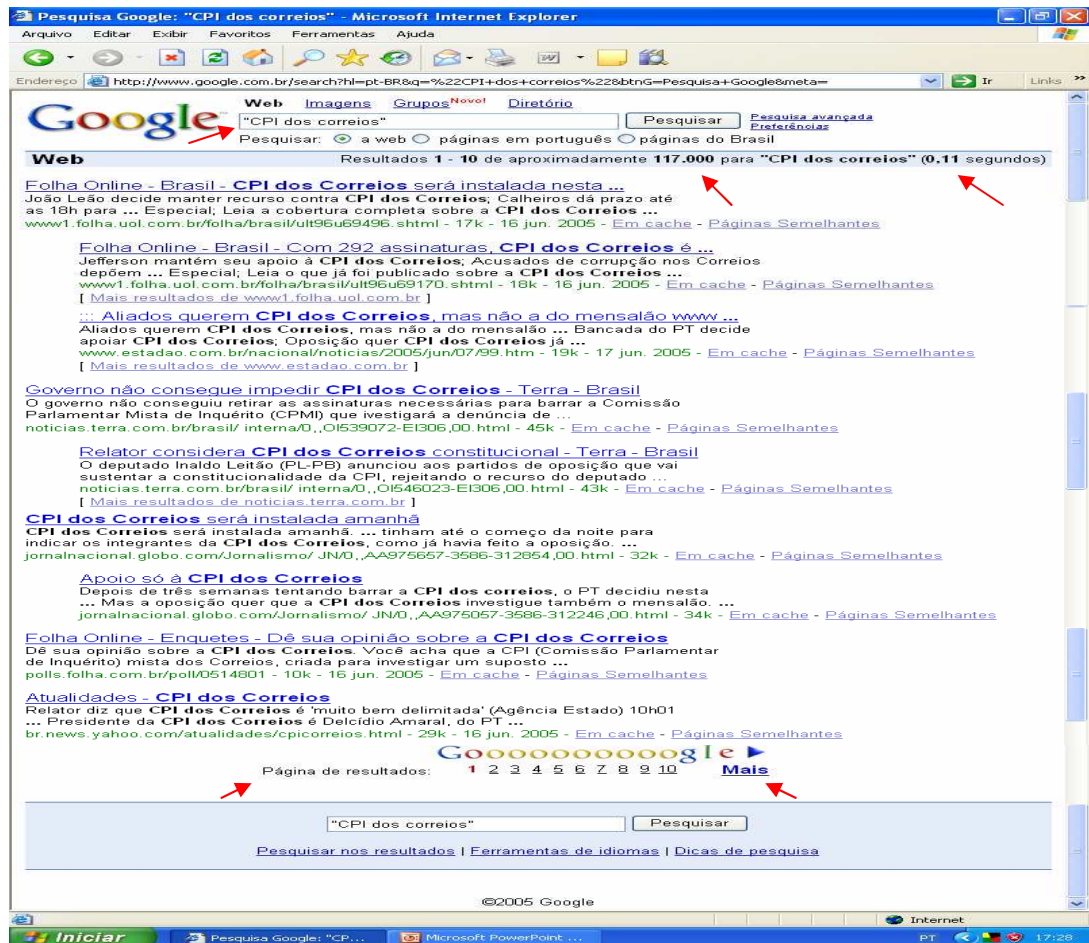


Figura 1 – Indicação do número de resultados e do tempo da busca por CPI dos correios

Foram registradas 117000 ocorrências que contabilizaram, como tempo total de busca, 0,11 segundos. O site disponibiliza 10 ocorrências, as quais são visualizadas na tela. Caso o usuário queira ter acesso a outras 10, ele deve clicar sobre uma das páginas de resultados. O usuário tem à mão milhares de fragmentos textuais, uma superabundância de informações.

A aceleração do tempo assim como o “excesso de espaço” (Augé, 1994), que, por sua vez, é correlativo a um “encolhimento” (ibid.), tornam possíveis a disponibilização de uma grande quantidade de informações. No caso de uma consulta em um site de busca, esta relação aparentemente paradoxal entre excesso e compressão ocorre em função do caráter multidimensional da superfície da tela do computador. Os links da página de resultados tornam possível a abertura de diversas janelas em intervalos de tempo quase coincidentes. Vários acontecimentos são significados numa mesma superfície espacial.

Textos, os quais, na cultura impressa, apresentar-se-iam em materialidades diferentes, são disponibilizados em uma superfície – a tela do computador. Nas palavras de Chartier (2002, p.109),

na cultura impressa, uma percepção imediata associa um tipo de objeto, uma classe de textos e usos particulares. A ordem dos discursos é assim estabelecida a partir da materialidade própria de seus suportes: a carta, o jornal, a revista, o livro, o arquivo, etc. Isso não acontece mais no mundo digital, onde todos os textos, sejam eles quais forem, são entregues à leitura num mesmo suporte (a tela do computador) [...]. É assim criada uma continuidade que não mais distingue os diferentes gêneros ou repertórios textuais que se tornaram semelhantes em sua aparência e equivalentes em suas autoridades.

Os fatos se sobrepõem e estabelece-se uma dificuldade em tomá-los enquanto referências temporais; simula-se uma indistinção entre o antes, o agora e o depois, ou seja, instala-se um “tempo intemporal” (Castells, 1999), como podemos observar por meio da análise de marcadores temporais. Estes aparecem em destaque abaixo:

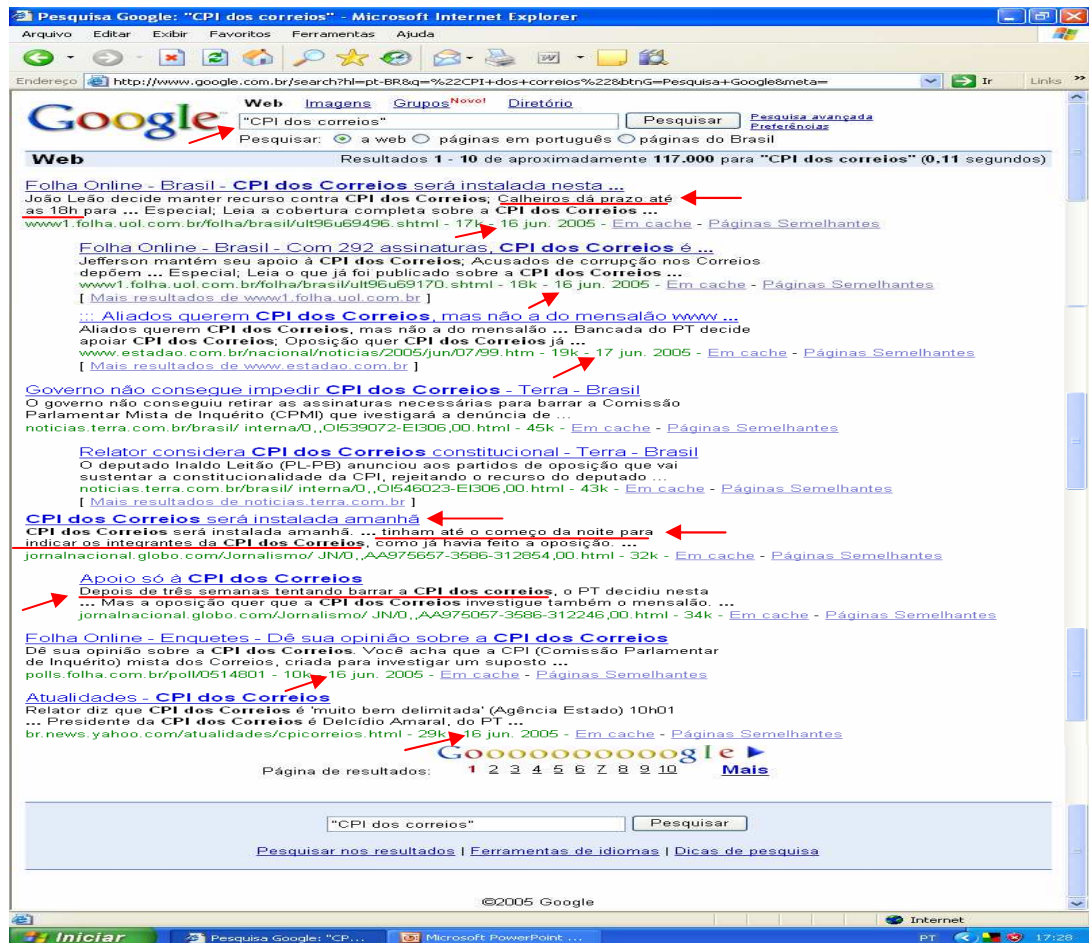


Figura 2 – Indicação de marcadores temporais da busca por CPI dos correios

Em seis ocorrências, temos a indicação de datas, as quais se apresentam dispostas ao lado do site, onde os resultados da ocorrência foram coletados. Estas datas, *16 e 17 de junho*, correspondem ao dia da veiculação de notícias a respeito da CPI dos correios, nos sites da **Folha Online**, **dO Estadão** e do **Yahoo news**. Os endereços relativos ao **Jornal Nacional** e ao **Notícias Terra** não apresentam indicação de datas.

Apesar da ocorrência referente ao endereço do **Jornal Nacional** não apresentar nenhuma informação relativa a alguma data, há a indicação de um outro marcador temporal: *Depois de três semanas*. Nas ocorrências do **Notícias Terra**, nenhuma referência de tempo é marcada textualmente.

Além dos marcadores supracitados, observamos os seguintes:

- 1) *18h*, em *Calheiros dá prazo até às 18h*



2) *amanhã e começo da noite, em CPI dos correios será instalada amanhã...tinham até o começo da noite para indicar os integrantes da CPI dos correios*

Estas referências indicam a enunciação dos fatos ocorridos ou que ainda iriam ocorrer em períodos de um dia – turnos e horas – ou em dias subseqüentes – *amanhã*; além disso, elas caracterizam os dias da veiculação dos acontecimentos: 16 e 17 de junho. Outras ocorrências não apresentam marcação de data.

Dessa forma, diferentes marcadores temporais são colocados em relação – *16 de jun, 17 de jun, Depois de três semanas e Ø*<sup>6</sup>. Há um elenco de marcadores temporais, o qual faz com que os momentos de enunciação de cada ocorrência se indiferenciem; todos tomam a forma do presente. A um clique no mouse, as informações buscadas parecem constituir-se no mesmo ato de acesso a elas. As enunciações encontradas no site funcionam como se houvesse apenas um aqui, um agora e um onde. A sua presentificação concomitante coloca os tempos - passado, presente e futuro - em relação.

A nosso ver, a materialidade dos dizeres – o suporte metálico - e o modo como as ocorrências são enunciadas ressignificam as condições de produção dos enunciados apresentados pelo site de busca. Na pesquisa por CPI dos correios, temos fontes diversas de dizeres, quais sejam, **Folha Online, O Estadão, Notícias Terra, Jornal Nacional e Yahoo News**, assim como temos diferentes referências temporais nas ocorrências. Com a busca, contudo, estabelece-se o mesmo recorte espacial e temporal para os resultados.

Este recorte traz em si um deslocamento de sentido em relação ao modo de pensarmos as categorias de tempo e espaço sob o modelo da seguinte equação: em um tempo *c*, deslocamo-nos de um espaço *a* para um *b*. Passamos a perceber o espaço e o tempo reunindo em um único tempo os espaços *a* e *b*<sup>7</sup>. Este modo de percepção diferenciado nos é dado pelo modo como as ocorrências são disponibilizadas, como podemos observar no seguinte enunciado: *Resultados 1 – 10 de aproximadamente 117000 para “CPI dos correios” (0,11 segundos)*<sup>8</sup>. Apenas um

<sup>6</sup> Este símbolo indica que não há nenhuma marcação temporal, como é o caso da ocorrência do **Notícias Terra**.

<sup>7</sup> Ver sobre este deslocamento de sentido a tese de doutorado de Cristiane Dias (citada nas referências). A autora, ao pensar a relação do homem com o espaço ao longo da história, entende haver um deslocamento de sentido nessa relação com o advento do ciberespaço.

<sup>8</sup> Ver figura 1.

tempo ínfimo, quase inexistente, 0,11 segundos, é necessário para que se ‘chegue’ a 117000 lugares, 117000 fragmentos textuais.

Produz-se uma simulação de linearização de filiações de dizeres diferentes (117000 ocorrências), ou seja, diversas regiões da memória digital são evocadas e dispostas em um mesmo domínio – o plano textual da tela do computador.

A memória do meio digital, informático, é designada, por Orlandi (1996), como memória metálica. Para a autora, esta memória se constitui em relação a novas condições de produção de discurso, nas quais textos são formulados em uma outra materialidade – a eletrônica, digital. A formulação da língua, nesse meio, não se assujeita somente à memória discursiva, mas também à memória metálica. Esta realiza um trabalho de interpretação sobre o interdiscurso.

O *já-lá*, o *já-dito*, o *já-significado* (Pêcheux, 1997c) torna-se o *já-aqui*. Simula-se uma transposição de uma memória irrepresentável para uma memória representada, uma vez que textualizada, atualizada (Orlandi, 2005)<sup>9</sup>. Esta transposição pode ser elucidada na figura abaixo:

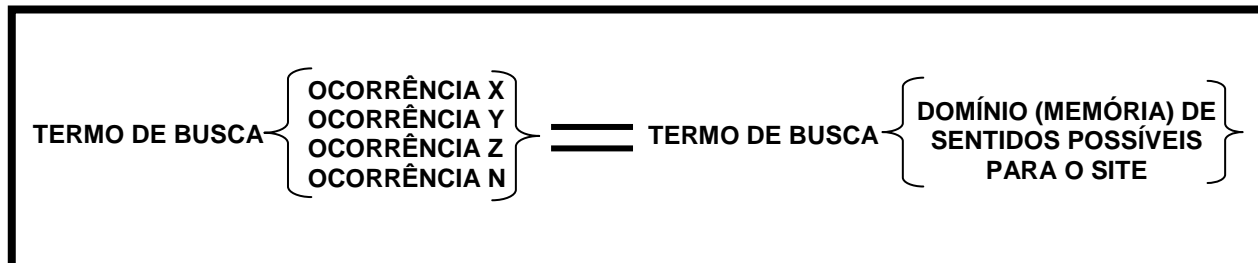


Figura 3 – Esquema formal da disponibilização dos resultados de uma busca.

Esta figura ilustra o modo como são disponibilizadas as ocorrências (x, y, z e n), no momento do lançamento de um termo de busca. O conjunto dos resultados (117000) constitui a memória/o arquivo do site, a qual é textualizada na atualização da busca.

A memória metálica torna visíveis as formulações possíveis: um número indeterminado, mas finito (117000 ocorrências). Ela se constitui, então, diferentemente do interdiscurso, pois, neste não há como se ter acesso às

<sup>9</sup> Tomamos estas considerações, sobre a relação entre memória discursiva e memória metálica, emprestadas a uma entrevista, por nós realizada, com Orlandi, em maio de 2005 no Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb).

formulações possíveis, uma vez que ele se define, segundo Courtine (1999, p.18), como

um espaço vertical, estratificado e desnivelado [...] série de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas lingüísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...)

Este se constitui por um conjunto de enunciações produzidas em momentos distintos: enunciações estas já feitas e já esquecidas e que constituem 'uma voz sem nome'. Dessa forma, estas enunciações não podem ser quantificadas, nem representadas, pois escapam a uma organização.

A memória metálica é constituída na horizontalidade, na presentificação dos dizeres, os quais remetem uns aos outros. Isso pode ser observado, por exemplo, quando de uma consulta no Google, em que o termo de busca, um significante, remete a um conjunto de textos, tornando-os presentes. O momento da demanda, o qual consiste na busca pela significação, ou seja, o percurso de um espaço *a* para um *b* na busca pelos resultados *x*, *y*, *z*, *n*, é praticamente coincidente, (0,11 segundos, no caso da consulta por nós realizada), à constituição da significação do termo de busca. Há, assim, uma sobreposição entre o que pode ser significado e o que está presente na memória.

Desse modo, estabelecer-se-ia uma relação de equivalência entre linguagem e mundo e linguagem e memória. Mundo e memória confundir-se-iam. O domínio de significações possíveis é 'congelado' em um mesmo espaço e tempo, como se houvesse uma confluência entre a memória dos sentidos e o processo de significação. Os dados de arquivo do site de busca correspondem aos dados apresentados ao usuário. Retorna-se ao mesmo espaço do dizer, em forma de repetição, cristalização de sentido. Os sentidos cristalizar-se-iam, impedindo que a memória se movimentasse no sentido de se esburacar, perfurar-se antes de se desdobrar em paráfrase (Pêcheux, 1999, p.53). Não se daria espaço para o movimento de sentidos, para a emergência de uma outra possibilidade de significação.

A memória digital de um site de busca constitui-se, então, de um conjunto de possíveis. Seu arquivo está em potência, está em estado latente e sua realização ocorre no momento de uma busca. Nas palavras de Lévy (1996, p.40),

a informática não oferece senão uma combinatória [...] e jamais um campo problemático. O armazenamento em memória digital é uma potencialização, a exibição é uma realização.

A passagem do possível para o real não ocorre a partir da resolução de um problema, mas por meio da “dotação de realidade” (ibid.) daquilo que se encontra em potência. O real confere matéria ao possível; converte uma ausência em presença, de modo a não ocorrer uma mudança na natureza de identidade. Não haveria criação, pois a passagem do possível para o real é da ordem da seleção. As informações ausentes sobre um termo de busca determinado tornam-se presentes no momento da demanda.

É preciso salientar que esta conversão de uma ausência em presença pauta-se sobre o modo de *funcionamento algorítmico da memória metálica, constituído por um jogo de remissão formal, sem profundidade semântica* (Orlandi, 2005)<sup>10</sup>.

#### **2.4 A formalização como princípio de leitura de arquivo do Google**

O modo como Google lê seus arquivos obedece ao princípio da formalização. De acordo com Auroux (1998), a literalização e a bidimensionalidade são constitutivas da formalização. A primeira tem a ver com uma propriedade intrínseca à linguagem - a substituibilidade dos signos - e a segunda diz respeito à utilização de um espaço plano pela escrita.

A literalização pode ser elucidada pelo silogismo aristotélico. Vejamos um exemplo clássico: (A) Todo o homem é mortal. (B) José é homem. (C) Logo, José é mortal. As duas primeiras asserções conduzem a uma conclusão, a qual está na terceira. Em termos formais: se A e B são verdadeiros, C também será. Procedese a uma substituibilidade, ou seja, no lugar de cada asserção, fazemos uso de outros signos: A, B e C, respectivamente. Desta relação de substituibilidade decorre um raciocínio sobre formas: se A e B forem verdadeiros, então C se segue necessariamente. As três premissas dão origem a uma equação, a qual pode ser aplicada a outras asserções que possuam uma organização formal similar. Esta relação de substituibilidade entre signos pode ser visualmente percebida, quando os

---

<sup>10</sup> Conferir a nota anterior.

signos são dispostos em um espaço plano, bidimensional. Esta disposição torna possível apontar regularidades no aparecimento das formas e estabelecer relações entre elas.

A partir dessas duas características, entendemos, a partir de Auroux (1998, p.318) que a formalização “concerne aos atos repetitivos, aqueles que podem tornar-se independentes das circunstâncias e da multidão indefinida das variações possíveis”. Os atos repetitivos são perceptíveis em virtude da disposição bidimensional dos sinais gráficos e contextualmente independentes em função da literalização.

Podemos então dizer que o serviço de consulta operado pelo site no momento da busca funciona por meio da formalização, ao operar da seguinte maneira: *por meio de um termo digitado na página do buscador, o sistema de busca faz a relação entre as palavras pesquisadas e as informações disponíveis no índice do banco de dados.*<sup>11</sup> A partir disso, temos uma busca pautada em atos repetitivos, ou seja, o reconhecimento da forma gráfica do termo consultado repete-se a cada vez que o programa encontra em seu banco de dados o mesmo significante<sup>12</sup>. No lançamento de CPI dos correios, por nós realizado, deu-se o reconhecimento desta forma por no mínimo<sup>13</sup> 117000 vezes. A busca se dá de maneira independente de variações possíveis, porque ela não pressupõe uma relação sintagmática. A relação sintagmática se dá *a posteriori*, quando os resultados são disponibilizados. O programa faz a seleção de um termo de busca x em detrimento de outros (y, w, z, n) e não a partir do que está em volta da(s) palavra(s)-chave consultada(s). A busca se

---

<sup>11</sup> Excerto extraído do tópico COMO OS BUSCADORES FUNCIONAM, do texto: *Aumento de acervos melhora as pesquisas. Folha de S. Paulo*. Caderno de Informática. 31 de agosto de 2005.

<sup>12</sup> Salientamos que, no momento de uma busca, o banco de dados já está constituído. A organização arquivística se dá por meio da execução das seguintes etapas - *passo 1: reunindo conteúdo. Softwares especiais chamados de bots ou de spiders navegam pela internet automaticamente colhendo informações sobre sites, como endereço, título e assuntos abordados. Os bots de cada buscador têm critérios diferentes para gravar informações recolhidas, e isso interfere nos resultados finais. Passo 2: criação do índice. Os dados dos bots são compactados e armazenados de uma forma lógica, que mais tarde permitirá que as buscas sejam mais rápidas. Para organizar os dados, é criado um índice que associa as páginas de acordo com uma lista de palavras ou com um diretório dividido por temas.* (A fonte destas informações é a mesma que consta na nota anterior).

<sup>13</sup> Este número é o mínimo, na busca em questão, porque consiste no valor de ocorrências e não no número de vezes que o programa encontrou esta forma gráfica, pois, como podemos observar nos resultados da busca, as palavras-chave aparecem em negrito e a recorrência delas é geralmente superior a apenas uma (conferir nas figuras 1 ou 2 a recorrência das palavras-chave em negrito).

dá numa relação paradigmática significante<sup>14</sup>. Cabe destacarmos o fato de esta relação ser significativa, porque como vimos, o paradigma também funciona enquanto uma associação de significados. Nas palavras de Saussure (1974, p.145),

a associação pode se fundar também apenas na analogia dos significados (*ensino, instrução, aprendizagem, educação etc.*) ou, pelo contrário, na simples comunidade das imagens acústicas (por exemplo *enseignement* e *justement*, ou *ensinamento* e *lento*).

Nesse sentido, o programa seleciona *CPI dos correios* em detrimento de outros significantes como, por exemplo, *CTT correios*, *CEP e correios*, entre outras formas possíveis. O termo “CPI dos correios” tem, então, o seu valor fixado pelo seu significante e não pelo seu significado.

Desse modo, o fato de um mesmo significante poder assumir vários significados e vice-versa - por ser o signo intercambiável, ou seja, por uma palavra poder ser tomada por outra (como já tratamos anteriormente) - é denegado na consulta de dados<sup>15</sup>. O tratamento dado, pelo programa, à língua é no sentido de anular a sua materialidade, isto é, de não entendê-la enquanto espessura semântica - lugar de pluralidade de sentidos.

Há uma seleção de dados promovida pelo site de busca no sentido de simular uma relação direta entre significante e significado, entre linguagem e mundo, tendo em vista que o programa estabelece relações como se todo o termo de busca carregasse um único sentido, imutável, original, sem historicidade.

Esta forma de tratamento da linguagem está implicada com o fato de que a leitura do arquivo deve transformá-lo em algo comunicável, compreensível, ou seja, ele não deve apresentar abertura para equívocos, ambigüidades, os quais poderiam levar a transmissão de informações incoerentes, contraditórias entre si.

A leitura de arquivo se constitui dessa forma, segundo Pêcheux (1994), em função de ter sido reorganizada com o desenvolvimento da informática. Para o autor, historicamente essa divisão se dá entre uma leitura literária e uma científica. A primeira é realizada por aqueles que possuem autoridade para interpretar, de modo que podem praticar uma leitura singular, particular, original. A segunda “trata-se de

---

<sup>14</sup> Agradeço a Rejane Arce Vargas por ter me indicado a possibilidade de pensar a busca, a partir de uma relação paradigmática entre os signos.

<sup>15</sup> É importante lembrar que estamos tratando aqui somente do processo de consulta a um banco de dados. Não estamos, portanto, contemplando a disponibilização dos resultados.

um trabalho anônimo, fastidioso mas necessário, através do qual os aparelhos do poder gerem a memória coletiva” (ibid., p.57). Ela consiste, portanto, em uma leitura que busca o universal, calcado em uma objetividade que produz efeito de evidência, características estas que tornariam o arquivo comunicável, transmissível, repetível.

Segundo Pêcheux (ibid.), estas duas vertentes de leitura de arquivo não cessam de se afastar uma da outra desde a Era clássica. O autor atribui este divórcio a uma questão política que concerne a uma divisão social do trabalho de leitura. Há, de um lado, alguns que têm “o direito de produzir leituras originais” (ibid., p.58) e, de outro lado, há os que endossam as interpretações dos primeiros. Por tradição, o trabalho de interpretação cabia aos literatos.

No entanto, com a necessidade da gestão administrativa de documentos textuais na primeira metade do século XX, a vertente científica foi adquirindo espaço por adotar um modo objetivo de procedimento de leitura, o qual tem papel fundamental no tratamento de uma grande quantidade de arquivos.

A informática, ao operar em um espaço lógico-matemático, abre caminhos para uma metalinguagem universal, em que possíveis equívocos na leitura de arquivo seriam denegados. Estas leituras supõem a existência de objetividade e comunicabilidade, uma vez que a linguagem é tida como transparente, sem falhas.

Estes pressupostos constituem-se como elementos do programa de leitura de arquivo do Google, como podemos observar a partir do que o próprio site considera como seu projeto, nos dois recortes abaixo:

**3) *Google traz a ordem para a web***<sup>16</sup>.

*A intenção do Google é colocar ordem no caos da informação. Isso é o que um serviço de busca deve ser, não um [sic] simplesmente um diretório, ou uma lista de resultados que foram vendidos pelo maior lance, mas um método coerente de organizar a Internet de acordo com a sua estrutura.*

*4) A missão do Google é oferecer a melhor opção de busca na Internet tornando as informações mundiais acessíveis e úteis [...] Com acesso a mais de 1,3 bilhão de páginas, o Google oferece resultados relevantes para usuários de todo o mundo*<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> O negrito consta no original.

<sup>17</sup> Estes excertos foram retirados do texto “Razões para se usar o google”, o qual pode ser acessado pelo link “Razões para usar o google”, o qual, por sua vez, é atualizado a partir do link “Tudo sobre o google”. A página inicial de acesso é o endereço [www.google.com.br](http://www.google.com.br).

Pressupõe-se uma desordem (*caos da informação*), a qual demanda uma organização. A partir do tratamento de uma grande quantidade de arquivos, advém a necessidade de torná-los passíveis de serem usados (*acessíveis e úteis*), quer dizer, compreensíveis para que sejam comunicáveis, transmissíveis.

A leitura de arquivo visa a abarcar um complexo informacional em sua totalidade, ao se autodenominar como *um método coerente de organizar a Internet*. Outra potencialidade do Google é oferecer *resultados relevantes para usuários de todo o mundo*. O projeto do Google supõe gerir a completude informacional e contemplar a totalidade dos sujeitos usuários. Coloca-se como evidente o fato de que seria impossível ocorrer alguma falha na busca, tendo em vista que o site teria acesso ao todo da informação.

## **2.5 Um projeto de completude**

A partir da concepção do instrumento de busca sobre uma concepção transparente de linguagem em que tanto o sujeito quanto a máquina constituem-se como depositários de linguagem que praticam trocas informacionais, estabelece-se uma relação de complementaridade entre sujeito e máquina.

Parte-se do pressuposto de que há uma partilha de conhecimentos entre os dois. A informação é dada como algo mensurável, segmentável (Orlandi, 1987). Ao ser lançado um termo de busca, propõe-se uma pergunta, procura-se uma informação/resposta que corresponda à demanda lançada. O programa arrola as possibilidades de resposta em forma de ocorrências. A busca realizada pelo site funcionaria como se o recorte de memória promovido por ela fosse preencher as supostas lacunas da memória do sujeito. Poderíamos representar esta correspondência na seguinte equação: memória do sujeito + memória da máquina = memória completa. Como o programa funciona a partir do pressuposto de que há uma relação direta entre significante e significado, haveria uma correspondência entre a demanda do usuário, o significante, e o resultado da busca, o significado. A demanda estabelece uma relação de transparência com a resposta. A leitura de arquivo objetiva a uma função comunicativa.



Podemos dizer que dois esquemas comunicativos são postos em funcionamento: “um esquema reacional [...] (esquema ‘estímulo-resposta’ ou ‘estímulo-organismo-resposta’); - um esquema ‘informacional’ [...] (esquema ‘emissor-mensagem-receptor’” (Pêcheux, 1997a, p.79).

O esquema reacional constituir-se-ia em um primeiro momento, no lançamento de um estímulo à máquina, um simples clique, do qual se originariam respostas (as ocorrências). Quanto ao segundo esquema, emissor e receptor constituiriam sujeitos simetrizáveis: a mensagem transmitida pela máquina seria decodificada pelo usuário. Esta relação de complementaridade entre a máquina e o usuário é dada como evidente pelo site de busca, como podemos observar nos seguintes recortes:

*5) Uma página importante não significa nada se não combinar com a sua busca. Assim, o Google combina os resultados de alta qualidade com a busca que você está realizando para que o resultado seja o mais relevante possível.*

*6) O Google só lhe manda páginas com os termos que você digitar. Diferentemente de outros sites de busca, Google somente produz resultados que correspondam exatamente a todos os seus termos de busca, tanto no texto da página ou em links apontando para a página. Não mais frustração com resultados que não tenham nada a haver [sic] com os seus termos de busca<sup>18</sup>.*

O Google se coloca como se representasse uma garantia de fidedignidade para a pesquisa realizada. Esta garantia residiria no fato de que há um reconhecimento formal dos termos digitados (o Google só lhe manda páginas com os termos que você digitar). Dessa forma, a possibilidade de disponibilização de um resultado irrelevante é denegada, por meio do enunciado *não mais frustração com resultados*.

Por meio da leitura de arquivo do Google, tornar-se-ia, portanto, possível ao usuário ter acesso a uma informação organizada e transparente. O Google definir-se-ia então como um instrumento técnico, na medida em que ele se pretende como um meio para chegar a um determinado fim. Ele constituir-se-ia como um lugar em

---

<sup>18</sup> A fonte dos recortes é a mesma que consta na nota anterior.

que o homem teria acesso garantido a informações, como podemos observar no recorte abaixo:

*7) Porque o Google fornece resultados de busca mais relevantes – primeiro e mais rápido! A enorme quantidade de informações na Web requer um excelente serviço de busca para tornar essa informação acessível e útil. Sem um poderoso mecanismo de busca, pode ficar muito difícil, ou até mesmo impossível, encontrar um site específico<sup>19</sup>.*

Podemos observar no recorte acima que a ‘impossibilidade’ do homem em encontrar informações na rede sem um serviço de busca seria transformada em possibilidade com o auxílio de um mecanismo de busca.

Operando a partir de três elementos – tempo, espaço e formalização – tornar-se-ia possível ter acesso à completude informacional. O tempo, porque o Google fornece resultados de busca mais relevantes – primeiro e mais rápido. Bastariam segundos para todo um domínio de memória ser disponibilizado. O espaço, já que compacto, faz com que a enorme quantidade de informações na web apresente-se na superfície da tela do computador. Por fim, a formalização, porque se não fosse este o tratamento dado à linguagem não seriam tantas as informações disponibilizadas.

---

<sup>19</sup> Idem nota anterior.

### 3. A falta na simulação da completude

Como vimos no capítulo anterior, a memória metálica seria livre de esquecimento. Neste capítulo, problematizamos a oposição entre memória e esquecimento, ao pensar este último como constitutivo da memória. Nas palavras de Augé (1998, p.20), “faire l'éloge de l'oubli, ce n'est pas vilipender la mémoire, encore moins ignorer le souvenir, mais reconnaître le travail de l'oubli dans la première et réperer sa présence dans le second”<sup>1</sup>.

Para nós, o esquecimento já está presente, de certa forma, na significação do real, o qual não somos capazes de apreender. No raciocínio de Augé (ibid., p.24), “ce qu'on oublie, c'est déjà de l'événement traité [...] en quelque sorte; [...] le produit d'un premier traitement (l'impression) dont l'oubli n'est peut-être que la suite naturelle”<sup>2</sup>. Nesse sentido, neste capítulo, pensamos o esquecimento como um ponto de entrada para a observação da incompletude da memória e da linguagem<sup>3</sup>.

#### 3.1 Memória e esquecimento

Na Grécia Antiga, o poder de lembrança da memória era fortalecido a partir de uma técnica - a arte da memória. Esta técnica encontra lugar na retórica, uma vez que um bom discurso deveria ser memorizado para que fosse devidamente pronunciado. O orador escolhia um espaço familiar, conhecido por ele minuciosamente, e o associava às partes de seu texto. Estabelecia-se uma relação entre o espaço e as palavras (Weinrich, 1994).

A conservação da memória, para os gregos, tinha sua representação material na configuração espacial da cidade, no que fosse passível de ser experimentado pelo olhar do homem (Manguel, 2000). A *memoria rerum* (a memória das coisas) era condição para a constituição da *memoria verborum* (a memória das palavras).

---

<sup>1</sup> Tradução nossa: fazer o elogio do esquecimento não é vilipendiar a memória, tampouco ignorar a lembrança, mas reconhecer o trabalho do esquecimento na primeira e recuperar sua presença na segunda.

<sup>2</sup> Tradução nossa: o que esquecemos já está no tratamento de um acontecimento [...] de certa forma; [...] o produto de um primeiro tratamento (a impressão), do qual o esquecimento não é senão uma consequência natural.

<sup>3</sup> Não consideramos a incompletude da linguagem e a da memória como domínios distintos. Discernimo-los teórica e analiticamente.

Lembrar-se de coisas com existência concreta conduzia à lembrança do texto, das palavras.

Na Idade Média, à diferença da arte da memória grega, recordar consistia em um processo interior do homem. A memória era conservada pelo uso da palavra, da linguagem (verbal), uma vez que esta resistia ao tempo e era independente do espaço (Manguel, *ibid.*). Ou seja, as palavras permaneceriam na memória ao longo da passagem do tempo, ao se desprenderem de um aqui e de um agora, os quais estariam ligados a um espaço determinado e a uma duração de tempo marcada e cristalizada. As palavras indicariam a ausência de objetos e não a presença deles. Elas não seriam significadas no/pelo espaço, mas na/pela memória: “pronuncio o nome, por exemplo de <<pedra>> ou de <<sol>>, quando tais objectos me não estão presentes aos sentidos. É claro que suas imagens me estão presentes na memória” (Santo Agostinho, 1990, p.255).

Dessa forma, a leitura de um texto era um movimento de dentro para fora, em voz alta, ou seja, funcionava como se o texto estivesse todo ele encerrado na memória do leitor. A memória era considerada como uma propriedade humana e não um registro de letras impressas. A possibilidade de pronunciar nomes de objetos sem que estes estivessem presentes constituía uma manifestação de que, em algum lugar interno ao homem, eles se encontrariam representados.

A memória consiste, nessa perspectiva, num espaço constituído de vastos palácios, onde se encontram

inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda a espécie. Aí está também contido tudo o que pensamos [...]. Enfim, jaz aí tudo o que se lhe entregou e depôs, se é que o esquecimento ainda o não absorveu e sepultou (SANTO AGOSTINHO, 1990, p. 247).

A memória é representada como um depósito que contém tudo o que lhe foi entregue. Este depósito viria a ter sua integridade ameaçada, ao ser afligido pelo esquecimento. Este viria a ser um mal externo à memória e que poderia afligi-la no sentido de privá-la de lembranças. O esquecimento seria uma propriedade do espírito. Seria este que faria com que o homem não fosse capaz de apreender todo o seu ser, ou seja, de lembrar-se de si em toda a sua integridade (Santo Agostinho, *ibid.*).

Com a invenção da imprensa e o aumento do número de bibliotecas privadas, o acesso aos livros por consulta imediata tornou-se mais fácil e no século XVI, as leituras puderam contar mais com a memória dos livros do que com a do homem. (Manguel, 2000, p.301-302). A memória passou então a adquirir também um caráter artificial, isto é, desligado da subjetividade do homem. Artificializar a memória poderia representar uma solução para o mal do esquecimento. O homem poderia assim recorrer a meios externos, quando privado da lembrança.

A artificialização da memória é acirrada atualmente pela vasta capacidade da memória digital. Um grande volume de textos que tem/teriam como suporte escrito livros, jornais, revistas, anúncios, etc., agora podem ser acessados pela tela do computador. Esta capacidade de memorização parece ter colocado em desuso as técnicas de memorização usadas pelo homem; o problema do esquecimento da memória do homem seria solucionado por meios técnicos. Nas palavras de Gauthier e Jeudy (1989, p.140),

*C'est avec tous ses moyens techniques que notre époque entreprend une chasse à l'oubli, déployant une stratégie monumentale (les grands musées) et électronique (la robotisation) pour venir neutraliser cette tendance [...] à l'annulation<sup>4</sup>.*

Um dos modos pelos quais se reflete esta tendência à anulação do esquecimento é o da constituição de realidades virtuais na Internet. Esta consistiria em um espaço, onde sons e imagens misturam-se a textos verbais, os quais, dessa forma, passam a ter movimento, vivacidade, de maneira a presentificar incessantemente o que ocorreu hoje ontem no século passado aqui alhures e até em outra dimensão.

Nas palavras de Chartier (1999, p.134-135), a Internet simularia a possibilidade de apreender

*imediatamente, toda a realidade do mundo sensível [...] através de diferentes figuras, de sua descrição, de sua representação ou de sua presença [...]; torna-se possível a disponibilidade universal das palavras enunciadas e das coisas representadas.*

---

<sup>4</sup> Tradução nossa: é com todos seus meios técnicos que a nossa época empreende uma caça ao esquecimento, desenvolvendo uma estratégia monumental (os grandes museus) e eletrônica (a robotização) para vir a neutralizar a tendência [...] à anulação.

Este modo de apreensão do “mundo sensível” constituiria uma memória livre de esquecimentos, como se não houvesse separação entre o registro do acontecimento e o próprio acontecimento. Constituímos esta realidade virtual de diversas maneiras. O museu de arte Otsuaka, no Japão, é um exemplo, segundo Robin (2003, p.428),

d'une volonté maniaque de reconstitution artificielle de toute culture artistique occidentale. Du Moyen Age à nos jours, d'innombrables peintures y sont restituées [...]. On y trouve la chapelle Sixtine [...] et des vases, des mosaïques romaines (...)<sup>5</sup>.

Museificamos o que faz parte do nosso patrimônio cultural. Além da arte, fascinamo-nos por enciclopédias virtuais, que pretendem arquivar o conhecimento. Só precisamos mencionar o nome de uma, a Wikipédia<sup>6</sup>.

Mas não precisamos sair de nossa vida cotidiana. A digitalização da imagem nos permite fazer um arquivo de fotos, o qual, aliás, é muito maior do que aquele dos nossos tradicionais álbuns de fotografia. Podemos também construir nossos sites pessoais: blogs, flogs, Orkut, nos quais arquivamos o nosso ‘eu’.

Com todos esses meios, o que escaparia à nossa consciência, se nossos bancos de dados se configurassem como uma apreensão de todo o nosso entorno referencial, do nosso passado e do nosso presente, ao comportarem tudo aquilo que a memória do homem não pudesse conter e aquilo que ela pudesse esquecer? As novas tecnologias representariam então a extinção do esquecimento?

### 3.2 A memória constituída pelo esquecimento

Como já observamos no capítulo anterior, o modo de funcionamento das categorias de tempo, espaço e a formalização da linguagem, em meio digital, operam conjuntamente no sentido de tornar possível a disponibilização de uma

---

<sup>5</sup> Tradução nossa: de uma vontade maníaca de reconstituição artificial de toda cultura artística ocidental. Da Idade Média a nossos dias, inumeráveis pinturas são restituídas. Encontramos a capela Sistina e vasos, mosaicos romanos.

<sup>6</sup> Segundo consta na página da enciclopédia – [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org) –, a wikipédia é uma enciclopédia livre que está sendo construída por milhares de colaboradores de todo o mundo; nela, “qualquer um, inclusive você, pode editar o conteúdo de qualquer artigo (...)”.

“superabundância informacional” (Augé, 1994). Esta grande quantidade de informações é observada, por exemplo, no site de busca Google, pelo número de ocorrências disponibilizadas nos serviços de consulta<sup>7</sup>.

Em diferentes buscas, esta grande quantidade de informações é variável. Observamos esta variação, quando da realização de duas consultas. Lançamos as palavras-chave ‘lingüística saussuriana’ em datas diferentes - 10 de dezembro e 21 de dezembro de 2005. Vejamos as páginas iniciais de ocorrências das consultas:

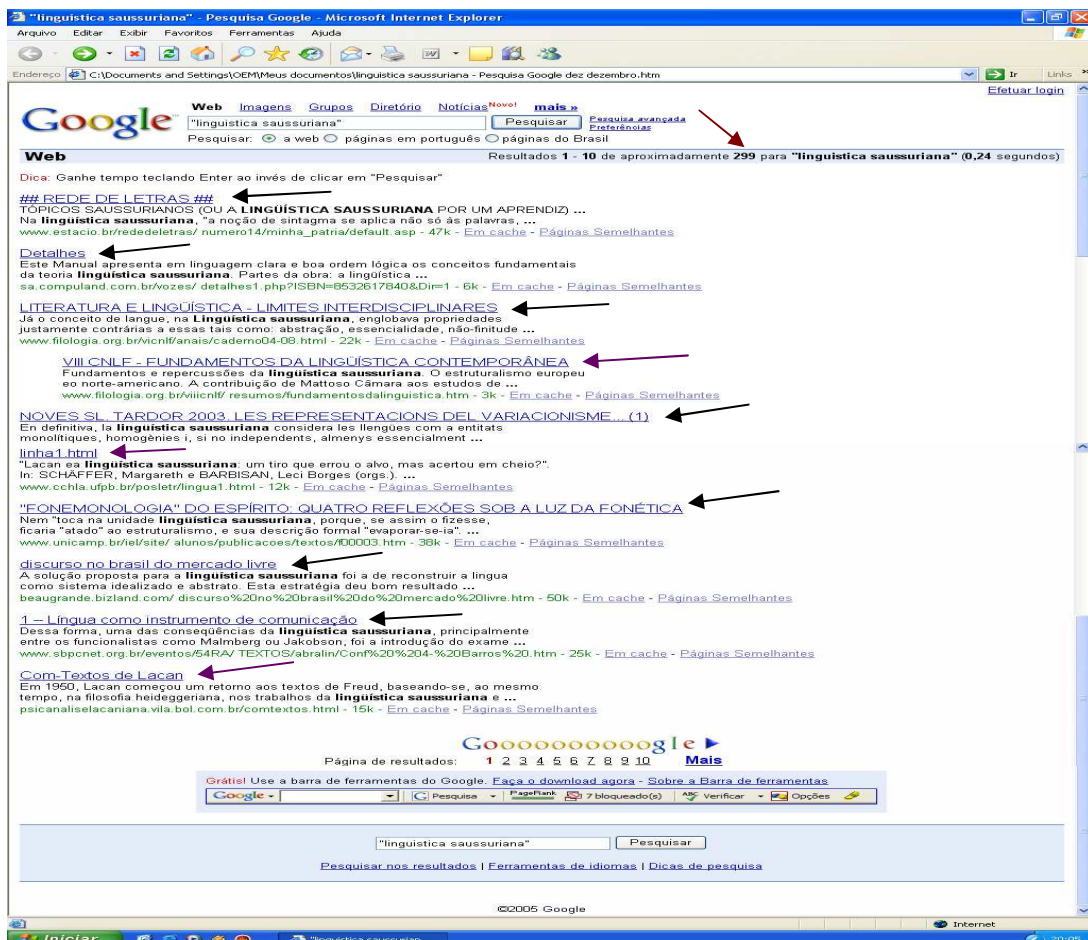


Figura 4 – Busca por lingüística saussuriana (10/12/2005)

<sup>7</sup> Cabe aqui salientar que não constitui uma regra geral o fato de corresponder a cada busca uma superabundância informacional. O número de ocorrências para diferentes palavras-chave é bastante variável.

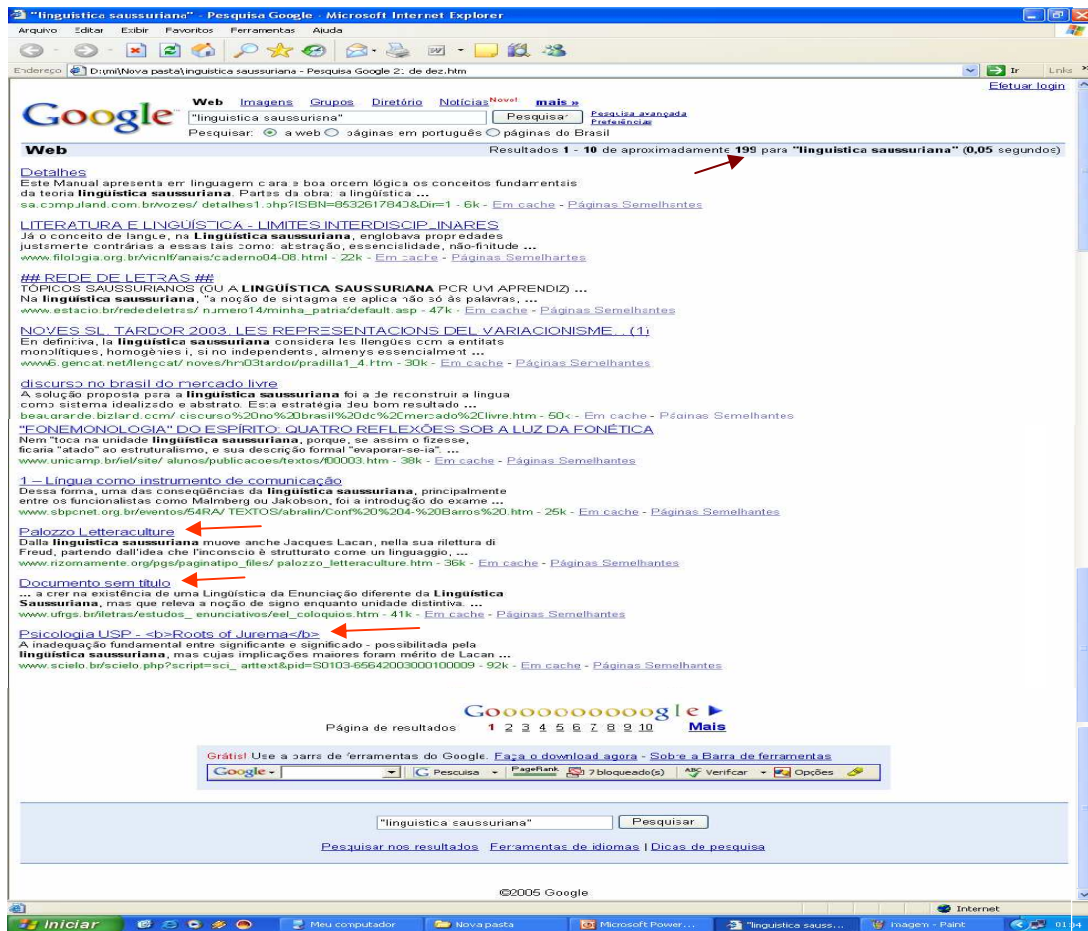


Figura 5 - Busca por lingüística saussuriana (21/12/2005)

De uma busca para a outra, houve uma diminuição de 100 ocorrências<sup>8</sup>. O intervalo de tempo entre a realização das consultas marca uma diferença em termos quantitativos de ocorrências. A variável tempo marca um diferente recorte de memória. O recorte de memória do dia 10 não é o mesmo do dia 21. Percebe-se, nessa passagem, um movimento de memória, quer dizer, uma atualização em termos de relevância de ocorrências<sup>9</sup> e a não disponibilização de 100 ocorrências.

O recorte de memória não é mais o mesmo, em virtude da atualidade e do esquecimento. Podemos dizer então que a memória da máquina, a qual supostamente anularia o esquecimento, não escapa a ele.

Uma explicação possível para este fato seria a de um defeito técnico na recuperação das informações. No entanto, ao realizarmos a pesquisa em alguns sites disponibilizados por Google na primeira pesquisa, estes já não se encontravam mais disponíveis. A razão para tanto poderia ser a de um problema nos próprios

<sup>8</sup> Ver flechas de cor marrom nas figuras 4 e 5.

<sup>9</sup> A relevância define a ordem em que as ocorrências são disponibilizadas.



sites, os quais, naquele momento, não estariam disponíveis, mas, em outro, poderiam estar. Esta indisponibilidade dos sites poderia ser motivada pelo fato de o mecanismo de recuperação da memória não estar funcionando num determinado momento de operação. A partir disso, poderíamos pensar que, citando Gauthier e Jeudy (1989, p.145), “la gestion technique des mémoires, calquée sur le modèle des banques de données, risque de faire croire que seule l’erreur est source de l’oubli”<sup>10</sup>. Nessa perspectiva, o problema técnico seria o da ordem de um insucesso na busca por informações e não de um desaparecimento, uma perda de dados pelo sistema.

Há momentos distintos de agenciamento da memória digital - o de estocagem, de registro, e o de recuperação. O primeiro é o ROM (Read Only Memory) também denominado como memória morta e o segundo é o RAM (Random Access Memory), também chamado de memória viva. Esta consiste na “ability [...] to go straight to data item without having to read through items stored previously”<sup>11</sup> (**Oxford Advanced Learner’s Dictionary**) e aquela vem a ser “a computer memory that contains instructions or data that cannot be changed or removed”<sup>12</sup> (ibid.).

No caso do site de busca, em princípio, poderíamos pensar que a memória morta seria aquela contida no seu índice de páginas, enquanto que a viva seria ativada no momento da pesquisa, quando se solicita a leitura de determinadas palavras-chave.

No entanto, a suposta memória morta é alterada a cada atualização do índice do Google, como podemos inferir a partir de informações do próprio site: *Sempre que atualizamos o nosso banco de páginas, alguma coisa muda no índice: encontramos alguns sites, perdemos outros e a classificação dos sites se altera*<sup>13</sup>.

A memória do índice do Google constitui-se, dessa forma, como uma memória viva, visto que sempre é atualizada. Quanto aos arquivos da Internet, estes também são sempre atualizados. Basta tomarmos como exemplo a constante alteração

---

<sup>10</sup> Tradução nossa: a gestão técnica das memórias, calcada sobre o modelo dos bancos de dados, pode fazer acreditar que somente o erro é fonte do esquecimento.

<sup>11</sup> Tradução nossa: habilidade de ir diretamente aos dados buscados sem ter de ler outros itens estocados.

<sup>12</sup> Tradução nossa: uma memória computadorizada que contém instruções ou dados que não podem ser modificados ou removidos.

<sup>13</sup> Este excerto foi retirado do texto “Anteriormente as minhas páginas eram listadas, mas agora não são mais”, o qual pode ser acessado pelo link “Informações do Google para webmasters”, o qual, por sua vez, é atualizado a partir do link “Tudo sobre o google”. A página inicial de acesso é o endereço [www.google.com.br](http://www.google.com.br).

informacional em provedores tais como Uol, Yahoo e Terra. As informações disponibilizadas neles mudam em intervalos curtos de tempo.

Os arquivos da Internet são em sua maioria constituídos por uma memória viva. Como saber o que está ‘morto’ ou ‘vivo’ na Internet? Talvez por meio de um sistema de arquivagem que não cessasse de se processar e que tivesse capacidade infinita de memória podendo captar de segundo a segundo os dados disponibilizados na rede<sup>14</sup>.

Podemos observar esta tentativa de constituição/apreensão de uma memória morta, no Google, no link Em cache, disponibilizado em cada ocorrência. Vejamos a figura abaixo:

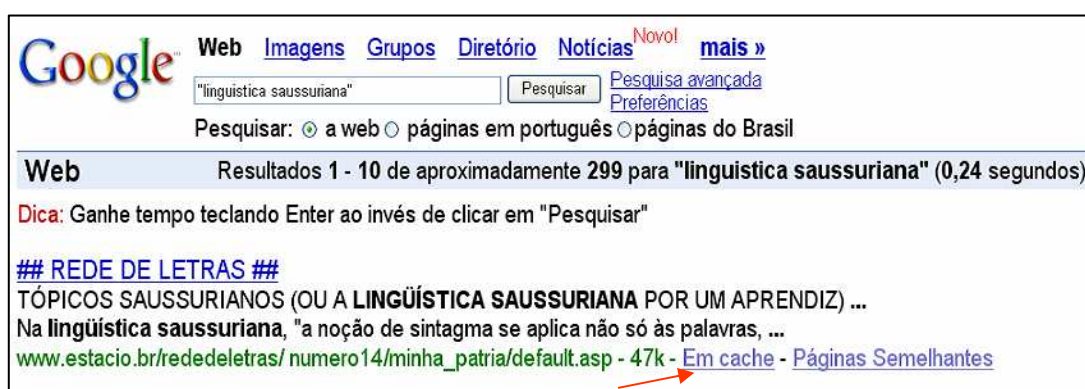


Figura 6 – O link Em cache

O link Em Cache é denominado por Google da seguinte forma:

### **Em cache**

*Clicar o link em cache (memorizado) irá permitir-lhe ver o conteúdo da página tal como era no momento em que a indexamos. Se, por alguma razão, o link do site não conecta você à página corrente, você ainda pode recuperar a versão em cache e ali encontrar a informação de que necessita.*<sup>15</sup>

Este link comparece como uma garantia de que o usuário encontrará a página, informada pelas ocorrências, acessível para a pesquisa. Ele é um índice de

<sup>14</sup> Já há algo semelhante a este sistema. O site [www.archive.org](http://www.archive.org) constitui-se por uma espécie de museu virtual, o qual tem como objetivo reunir as páginas já postadas na Internet desde a sua criação, assim como constituir um espécie de biblioteca do conhecimento que circula na rede.

<sup>15</sup> Este excerto foi retirado do texto “Como interpretar resultados”, o qual pode ser acessado pelo link “Ajuda de pesquisa Google”, o qual, por sua vez, é atualizado a partir do link “Tudo sobre o google”. A página inicial de acesso é o endereço [www.google.com.br](http://www.google.com.br).

que a memória da Internet é passível de falha, de esquecimento. Nesse sentido, a memória viva “relève de l'éphémère. Elle est malléable, modifiable, volatile, vouée à l'oubli partiel, à la transformation, aux lacunes”<sup>16</sup> (Robin, 2003, p. 407). Nela, a circulação de dados se sobressai em relação à estocagem. O esquecimento é produzido no dispositivo de circulação.

Além disso, o caráter imaterial do suporte digital reforça o fato de que a memória do computador é lacunar, transitória, não fixa. A possibilidade de acessar uma informação, a qual já foi por nós encontrada em outro momento de consulta à rede, é incerta.

Segundo Robin (ibid., p.413),

on compte que 70 % de pages sur la web ont une durée de vie inférieure à quatre mois. Combien de pages personnelles effacées, combien de sites sur la liste de nos <<favoris>> qu'une panne inopinée, une mauvaise manoeuvre ont éliminés... Si l'on n'imprime pas tout en permanence [...], les informations se perdent dans les sables.<sup>17</sup>

A Internet, dessa forma, vem a materializar a tensão entre a hipermnésia e o esquecimento, pois este se constitui pelo movimento mesmo de lembrar, atualizar.

Como vimos no capítulo anterior, a cada consulta realizada, o site de busca esgota as suas possibilidades formais de busca. Ele opera a partir de um conjunto de referências significantes disponíveis no momento da consulta. Podemos entender o resultado da busca enquanto uma hipermnésia formal contemporânea ao momento da consulta.

O recorte de memória é do tempo presente. Configura-se uma memória do presente, a qual possui um recorte de memória diferente de um recorte realizado no passado (dez dias antes), como já observamos na comparação das buscas por “lingüística saussuriana”. Contudo, esta divisão temporal entre presente e passado não é pontual. Por meio da comparação entre as pesquisas realizadas, notamos que há uma recorrência de ocorrências, ou seja, resultados da pesquisa passada que se repetem no presente, quais sejam:

<sup>16</sup> Tradução nossa: [a memória viva] é do domínio do efêmero. Ela é maleável, modificável, volátil, fadada ao esquecimento parcial, à transformação, a lacunas.

<sup>17</sup> Tradução nossa: estima-se que 70 % das páginas na Internet possuem um tempo de vida inferior a quatro meses. Quantas páginas pessoais apagadas, quantos sites da lista de “favoritos” que uma pane inesperada, uma manobra malfeita eliminou... Se não imprimimos tudo em permanência [...], as informações se perdem na areia.

## REDE DE LETRAS ##;  
 LITERATURA E LINGÜÍSTICA – LIMITES INTERDISCIPLINARES;  
 NOVEL SL. TARDOR 2003. LES REPRESENTACIONES DEL  
 VARACIONISME...(1);  
 “FENOMENOLOGIA” DO ESPÍRITO: QUATRO REFLEXÕES SOB A LUZ DA  
 FONÉTICA;  
 discurso no brasil do mercado livre;  
 1 – Língua como instrumento de comunicação<sup>18</sup>.

As outras três

VIII CNFL – FUNDAMENTOS DA LINGÜÍSTICA CONTEMPORÂNEA;  
 linha1.html  
 Com-Textos de Lacan<sup>19</sup>

da primeira pesquisa assim como as três disponíveis na segunda pesquisa

Palozzo Letteraculture;  
 Documento sem título e Psicologia USP - <b>Roots of Jurema</b><sup>20</sup>

podem até estar disponíveis, mas numa ordem diferente, ou seja, a partir da décima primeira ocorrência. Esta ordem diferente marca uma atualização nos arquivos da Internet. Com efeito, há uma mudança nesses arquivos, pois, se não houvesse, a consulta realizada por Google seria sempre a mesma.

Há, desse modo, um movimento de memória, através do tempo, que ressignifica o banco de dados, fazendo desestabilizar a relação de sobreposição entre linguagem e mundo e linguagem e memória<sup>21</sup>. Tendo em vista pensar esta relação ao longo do tempo, recorremos a Deleuze (1998).

Este autor compara a distinção do virtual e do atual à cisão temporal presente e passado. A progressão do tempo diferencia-se em duas vias: fazer o presente passar e conservar o passado. A primeira conduz ao já acontecido, já realizado, enquanto a segunda remete ao que já tomou lugar, mas continua produzindo efeitos. Aquela define o atual, ao passo que esta corresponde ao virtual. Ambas assumem

<sup>18</sup> Ver, na figura 4, flechas de cor preta.

<sup>19</sup> Ver, na figura 4, flechas de cor lilás.

<sup>20</sup> Ver, na figura 5, flechas de cor vermelha.

<sup>21</sup> Ver sobre esta relação a seção 2.3 do segundo capítulo.

um caráter efêmero e ao mesmo tempo duradouro. O presente passa, mas conserva em si o passado. Os dois se conjugam e retornam numa outra atualização, carregados novamente de imagens virtuais. Nessa perspectiva,

uma percepção atual se envolve de uma nebulosidade de imagens virtuais que se distribuem sobre circuitos moventes cada vez mais afastados, cada vez mais largos, que se fazem e se desfazem. São lembranças de diferentes ordens (ibid., p.173-174).

A imagem atual, dessa forma, não se constitui num movimento contínuo ao virtual, mas coexistente a ele. Uma lembrança, por exemplo, não se forma contiguamente a um objeto percebido, mas pela interferência de uma nebulosa de imagens virtuais que é co-presente a uma percepção atual. Não há, portanto, um limite assinalável entre o atual e o virtual.

Nessa perspectiva, não há um lugar nem um tempo definido para se apreender estas categorias. O virtual desprende-se do aqui e do agora (Lévy, 1996), e produz efeitos que se configuram em atualizações, as quais fazem com que o presente passe e se virtualize.

Este processo pode ser elucidado por fenômenos humanos tais como a memória e a linguagem. Estas propriedades do ser humano proporcionaram a ele um habitat virtual. Por meio deles, nos é possível existir, afirmarmos nossa existência; nos é possível aprisionar o aqui e o agora, lembrar o passado e imaginar o futuro.

Nesse processo, os tempos (passado e presente) se relacionam por meio da linguagem e da memória. Há um constante vaivém entre linguagem e mundo, percepção/significação de um objeto atual e linguagem e memória, o que já foi significado em relação a este objeto. Significar o mundo passa necessariamente por uma relação com a memória e tecer as tramas da memória também implica as circunstâncias que envolvem a situação em que um objeto é significado.

Este movimento na constituição de sentido pode ser observado nas consultas ao site de busca. Nelas, o conjunto de relações possíveis entre significante (o termo de busca) e significado (as ocorrências) é ressignificada com o movimento de memória na Internet: algumas ocorrências não são disponibilizadas, outras talvez

tenham sido substituídas, e outras permanecem, como podemos observar nas figuras abaixo:

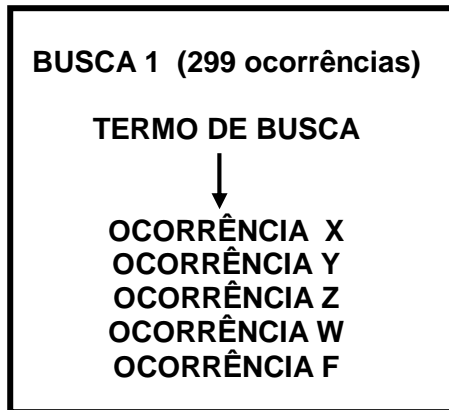


Figura 7

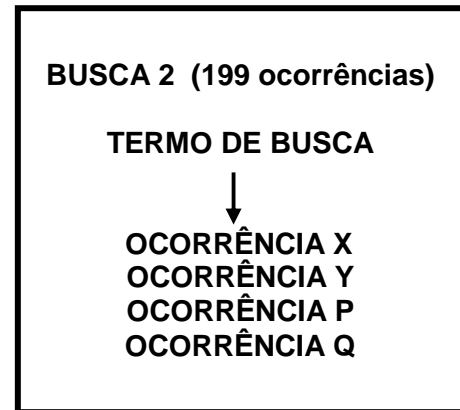


Figura 8

Figuras 7 e 8 – Esquemas formais da disponibilização de resultados das buscas por lingüística saussuriana (10 e 21/12/2005).

X e Y permanecem, Z não é disponibilizado, W e F são substituídos por P e Q. É importante ressaltar que a comparação entre as buscas não se reduz a esta representação automática/formal, num simples jogo de recorrência, substituição e a não disponibilização de formas lingüísticas. No entanto, estes esquemas formais nos permitem entrever que a relação entre os significantes nos fala sobre o modo como se dá a significação. A partir desse tratamento formal, podemos perceber que a relação linguagem e mundo e linguagem e memória não é constante, pois a relação entre ambos na primeira busca não é a mesma na segunda, apesar de ser mantida uma regularidade. Esta relação, portanto, não é passível de cristalização, pois a linguagem não é uma representação fidedigna do mundo, nem a memória é um registro desta representação.

### **3.3 Do hiato entre signo e objeto: a impossibilidade de apreensão do real**

Como vimos no primeiro capítulo, a linguagem define-se pela impossibilidade de tudo significar. Nas palavras de Pêcheux (1997b, p.29),

supor que [...] há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como universo físico-humano [...] há real, isto é, pontos de impossível (...).

O real sempre escapa, ou seja, a autonomia da linguagem em relação a ele não permite que ele seja apreendido. Dessa forma, sempre há o que dizer face a um objeto. Este sempre demanda uma simbolização, uma interpretação.

A linguagem se constitui, desse modo, por dois movimentos aparentemente contraditórios: quebrar o silêncio e, ao mesmo tempo, instalá-lo. Ou seja, diante de um objeto a ser significado, rompemos com o silêncio, dizendo algo sobre ele. No entanto, ao ser a linguagem autônoma em relação ao objeto significado, o silêncio insiste e por isso somos sempre instados a dizer e as palavras parecem sempre faltar. A linguagem é, assim, constituída pelo silêncio (Orlandi, 1992).

Para a autora supracitada, distinguem-se duas formas de silêncio: o fundador e o político. O primeiro define-se como a condição de existência da linguagem, sem ele haveria o muito cheio na linguagem, o qual levaria ao sem-sentido. O silêncio fundador vem a ser constitutivo da ilusão subjetiva, a do esquecimento número 1 (Pêcheux, 1997c), a qual faz o sujeito 'esquecer' que não está no ponto de origem da significação. Ao enunciarmos, é necessário nos colocarmos enquanto origem do que estamos dizendo, como se o que disséssemos abarcasse todos os sentidos possíveis. Este silêncio é necessário, porque, se assim não fosse, ao enunciarmos, seríamos tomados por uma 'verborragia de formulações' incessante.

O segundo subdivide-se em constitutivo e local. Este remete à interdição, ao apagamento de sentidos; aquele nos indica que há sempre um não-dito em todo o dizer – “para dizer é preciso não-dizer” (Orlandi, op.cit., p.24). Aqui interessa-nos o silêncio constitutivo, o qual está no plano da formulação, atualização dos sentidos. Nesse movimento, há uma tentativa de apagar o caráter plural da linguagem. Podemos relacionar o silêncio constitutivo ao esquecimento número 2 (Pêcheux, op.cit.), o qual consiste em uma 'seleção', feita pelo sujeito, de uma seqüência lingüística em detrimento de outra. Nessa seleção, empreende-se um recorte da memória discursiva, no sentido de administrar o sentido, ao tentar conferir-lhe uma significação única.

Nessa perspectiva, “a linguagem é passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras” (Orlandi,1992, p.72). Entendemos a primeira passagem como pertencendo à dimensão do silêncio constitutivo, em que outros sentidos e outras palavras seriam relegados ao silêncio; e a segunda à do fundador, em que se está no plano do real do discurso, o qual produz o efeito de que sempre há sentido. O silêncio, tanto o fundador como o constitutivo, não se torna discernível com a verbalização: ele está nas palavras, ele as atravessa, está entre elas.

Por meio da leitura que estamos fazendo sobre o funcionamento da memória e da linguagem no Google, pensamos o silêncio fundador enquanto relacionado ao hiato entre linguagem e mundo – o silêncio entre as palavras e os objetos significados - e o constitutivo no que diz respeito às relações estabelecidas entre as formas lingüísticas – o silêncio nas palavras, nas relações entre elas.

Com a finalidade de pensarmos o silêncio fundador e o silêncio constitutivo no site de busca Google, tomamos como ponto de entrada a reflexão proposta por Orlandi (ibid.) sobre a progressão histórica do silêncio para a verbalização. Para a autora, esta progressão perpassa o mito, a tragédia, a filosofia, as Ciências Humanas. Nesse percurso, o silêncio vem a ter cada vez menos lugar. No mito, está-se no domínio do silêncio, no qual se prescinde da explicitação dos seus modos de significar. Na tragédia, passa a haver uma necessidade maior de explicitação. No entanto, a ação dos atores sobressai em relação às suas falas. Por serem breves, as falas deixam um espaço maior à tensão dramática, a qual é fundada no silêncio das palavras. A significação se dá de outro modo: Electra reconhece Orestes não porque trocam palavras, mas porque ela percebe o modo peculiar em que ele traz a espada consigo e a cicatriz em sua testa. Na filosofia, traduz-se em linguagem a relação entre o homem e o mundo. Nas Ciências Humanas, há um domínio de diversas metalinguagens: “o fato tem de significar nas diferentes ‘explicações’ que, por sua vez, o povoam de muitos signos” (ibid., p.38-39).

A exemplo desta progressão do silêncio para a verbalização, pensamos em constituí-la de outra maneira: ao relacionar a linguagem com o espaço e com o tempo.

Na Idade Média e na Antigüidade, a relação do homem com o simbólico era localizada. O homem circulava em um espaço local. Do outro lado habitava o desconhecido. O espaço local estava dotado de sentido, domesticado. Mas o outro



lado lhe escapava à nomeação, pois o silêncio o habitava. O homem junto ao seu território já havia quebrado o silêncio. Quer dizer, este lugar já havia saído do plano do não-sentido.

Com as Grandes navegações, novos espaços passam a ser conhecidos. Faz-se necessário falar sobre eles também, dar-lhes nomes, compará-los aos espaços locais. Com a progressiva conquista do espaço, domestica-se, domina-se o desconhecido. Por exemplo, a conquista do Brasil pelos portugueses passou por uma relação com o simbólico, a qual teve início com a carta de Pero Vaz de Caminha. Este apresentou uma descrição do território, a qual passa do estranho ao familiar, ao se fazer uso de diversas comparações entre os modos de significar o espaço brasileiro e o espaço português.

Este deslocamento espacial também marca uma mutação temporal. O tempo torna-se linear. Um futuro pode ser vislumbrado e não mais somente um retorno para o mesmo, onde nada parece mudar. Há uma nova demanda de sentidos, a qual se volta para o estrangeiro, o outro. A significação não se restringe mais somente ao espaço percebido ciclicamente, ou seja, de acordo com um retorno aos mesmos referentes – a natureza, a igreja, os feudos -, ela volta-se a algo que escapa a esta identificação e que instala o diferente – outros povos, outro clima, outras línguas.

Dessa forma, as tradições do passado, do âmbito local não são mais as únicas a serem significadas. Segundo Todorov (1995, p.17), “depuis la Renaissance et plus encore depuis la fin de XVIII siècle, s’est crée en Europe un type de société [...] qui a cessé de valoriser inconditionnellement les traditions et le passé”<sup>22</sup>. O olhar volta-se também para o futuro. Não estamos afirmando que há uma sobrevalorização do novo território em detrimento do já conhecido, mas que se abre uma perspectiva de mutabilidade, transformação de significação, em que se pode sair do já constituído para dar sentido ao novo. Acreditamos então que o espaço local também passa a ser significado de outra maneira. Nesse contexto, a memória de sentidos já existente sobre o espaço passa a não ser mais o lugar privilegiado para constituí-lo.

O passado/a tradição não vem a perder o seu valor. Passado, presente e futuro, como já dissemos, tornam-se discerníveis. O passado não retorna e o

---

<sup>22</sup> Tradução nossa: desde o Renascimento e mais fortemente após o final do século XVIII criou-se na Europa um tipo de sociedade que cessou de valorizar incondicionalmente as tradições e o passado.

presente se volta para o futuro, num movimento de causalidade. Ou seja, o que acontece hoje vem a ter um efeito no futuro. Instala-se um pensamento teleológico, o qual traz consigo as idéias de projeto e de progresso. O homem moderno é narrativo, ou seja, o que está no passado 'vira história' e não retorna. Sua preocupação passa a focar o futuro, o devir, o projetável. Estas idéias se ressaltam, no século XVIII, com o Iluminismo. Neste período, "la mémoire est [...] repoussée au profit de l'observation et de l'expérience, de l'intelligence et de la raison"<sup>23</sup> (ibid., p.19-20). Observar o espaço, experienciá-lo, dotá-lo de sentido tornou-se possível com o fato de que o homem passou a ser a medida de todas as coisas. A ciência se desenvolve por meio do uso da razão e não mais pautada na tradição: cessa-se de repetir o saber escolástico, ptolomaico, aristotélico (ibid.). O novo passa a ter um lugar privilegiado.

No entanto, estes ideais de confiança no futuro são abalados no século XX. Segundo Augé (1994), isso se deve a vários acontecimentos: as duas Guerras mundiais, os regimes totalitários, as políticas de genocídio. O regime de causalidade passa a não funcionar mais: acreditava-se que a valorização da razão humana e o desenvolvimento da ciência levaria ao progresso da humanidade. Idéia esta que acaba se arruinando<sup>24</sup>.

Apesar do espaço ter sido conquistado, volta-se novamente ao sem sentido, ao emudecimento diante dos acontecimentos que não possuem explicação causal. O passado não é mais passível de atualização; o futuro torna-se incerto; resta-nos reclamar uma explicação no presente. A demanda de sentidos se volta para o presente, como se tivéssemos que achar respostas preventivas para o futuro. Não há tempo para esperar. As palavras esperança e promessa não produzem um efeito positivo. Esperar tornou-se sinônimo de perda de tempo. Exigimos do presente o que esperávamos que fosse acontecer causalmente no futuro. Saímos do plano do projeto, do progresso, para exacerbar o presente, dando lugar à urgência. Urgência de agir concretamente, eficazmente, urgência de dizer, de significar antes que o futuro incerto nos pegue de surpresa (Laïdi, 1999).

A urgência não está tão somente associada ao fato de a idéia de progresso ter sido abalada, mas também ao modo de percepção do espaço. No momento em

---

<sup>23</sup> Tradução nossa: a memória é rechaçada em proveito da observação e da experiência, da inteligência e da razão.

<sup>24</sup> Na verdade, esta idéia não se arruína, ela se ressignifica. Atualmente a razão e a ciência continuam produzindo efeitos de sentido de progresso em nosso imaginário.

que o espaço foi conquistado, ele se alargou, saiu do local para o global e ao mesmo tempo se comprimiu. Ou seja, com a conquista do espaço tanto o terrestre quanto o sideral, o mundo se abriu para nós: pudemos ter acesso ao que se passa acima de nós e do outro lado do mundo, por meio de imagens e sons transmitidos por satélites. O global comprimiu-se para se tornar acessível ao local.

Dessa forma, muitos acontecimentos, “uma superabundância factual” (Augé, 1994), chegam aos nossos olhos, são tornados visíveis. Podemos reconhecer lugares, dos quais nunca tínhamos tomado conhecimento anteriormente. O espaço passa a ser interpretado/constituído pelos meios de comunicação. Ele se faz signo, traduzindo-se em uma “superabundância informacional” (ibid.). Nas palavras de Orlandi (1992, p.32), “coloca-se o ‘império do verbal’ em nossas formas sociais: traduz-se o silêncio em palavras”. Um dos espaços em que esta tradução se torna possível é no ciberespaço.

O ciberespaço constitui-se como um lugar onde toma corpo esta superabundância informacional. Na Internet, com a exacerbação dos processos de formulação e circulação da linguagem, por meio da possibilidade de constituição de uma vasta memória de armazenamento de dados e devido ao alcance mundial da rede, abre-se um espaço de exacerbação da constituição de sentidos. Com a compactação do espaço, mais lugares de linguagem podem ser praticados: inúmeras janelas se abrem e se sobrepõem. Segundo Lévy (1996, p.23), “os espaços se metamorfoseiam e se bifurcam a nossos pés”.

O espaço se textualiza; transforma-se em linguagem. Parece ser o fim do silêncio diante dele. Não há espaço vazio. Há o muito cheio: sons, imagens, textos, links que levam a outros textos. Não há espaço para a incompletude, para a respiração da significação. Esta falta de espaço vazio traduz-se em um excesso de simbolização. Nesse domínio de saturação de linguagem, há uma tentativa de apagamento do silêncio fundador, no sentido de preencher o vão entre palavra e coisa, num desejo de apreender o real, os pontos de impossível. Como as palavras faltam, é preciso sempre dizer mais.

Podemos observar esse excesso de simbolização, nas buscas por nós realizadas. A partir de uma mesma forma, de um mesmo significante - “lingüística saussuriana” -, obtivemos, em uma primeira busca, 299 caminhos e, em uma segunda consulta, 199. Esta abertura de diversos caminhos para uma mesma forma marca a relação: várias possibilidades de constituição de sentido abrem-se para um

significante. Instala-se uma grande quantidade de possibilidades de combinações entre formas lingüísticas. Desse modo, as palavras-chave da busca são articuladas de várias maneiras, ao serem associadas a diferentes signos. Vejamos alguns exemplos:

- 1) Este manual apresenta em linguagem clara e boa ordem lógica os conceitos fundamentais da teoria **lingüística saussuriana**.
- 2) Já o conceito de langue, na **Lingüística saussuriana**, englobava propriedades contrárias (...)
- 3) Fundamentos e repercussões da **lingüística saussuriana**.
- 4) “Lacan e a **lingüística saussuriana**: um tiro que errou o alvo, mas acertou em cheio?
- 5) A solução proposta para a **lingüística saussuriana** foi a de reconstruir a língua como sistema idealizado e abstrato.
- 6) Dessa forma, uma das conseqüências da **lingüística saussuriana**, principalmente entre os funcionalistas como Malmberg e Jakobson, foi a introdução do exame<sup>25</sup>.

Como vimos no capítulo anterior, a busca de dados se dá numa relação paradigmática significante, a qual não visa uma associação de significados. Esta é constituída na atualização das ocorrências com o estabelecimento de uma relação sintagmática entre elementos lingüísticos<sup>26</sup>. Como podemos observar nos exemplos acima, diferentes sentidos são possíveis de serem atribuídos à lingüística saussuriana entre os quais destacamos: a apresentação de sua teoria em um manual; as propriedades do conceito de língua na lingüística saussuriana; a sua relação com Lacan; as repercussões dessa teoria<sup>27</sup>.

Nessa atualização, vários sentidos são tornados visíveis pela constituição da memória metálica, a qual é textualizada, atualizada. Esta memória é afetada pelo esquecimento número 2 (Orlandi, 2005). Ao enunciarmos, silenciemos outros sentidos, outras palavras, as quais ficam à margem. Com a memória textual, o que

<sup>25</sup> Estes excertos foram retirados dos resultados da busca por lingüística saussuriana (ver figura 4).

<sup>26</sup> Não estamos afirmando que a constituição de sentido se dá exclusivamente quando da relação sintagmática entre os elementos lingüísticos. A organização do arquivo pelo site de busca também faz parte do processo de significação. Em nosso trabalho, no entanto, não abordamos este trabalho de interpretação do site de busca em relação aos arquivos da Internet.

<sup>27</sup> Cabe salientar que aqui citamos fragmentos de apenas seis ocorrências de um total de 299.

seria silenciado, textualiza-se, tendo em vista que se busca representar todos os dizeres possíveis (aqueles que constam no arquivo do site de busca) sobre um determinado significante. Como dissemos no capítulo anterior, haveria uma sobreposição entre o que pode ser significado e o que está presente no arquivo.

Desse modo, tenta-se apagar também o silêncio constitutivo, uma vez que não há um recorte de um dizer x em detrimento de um y, mas uma sobreposição desses dizeres.

No entanto, por meio do próprio processo de simulação do apagamento do silêncio fundador e do constitutivo, é ressaltado o caráter de incompletude da linguagem. O excesso de simbolização é a cicatriz de que o sentido não cessa de se constituir. Eis aí o caráter contínuo do silêncio fundador: ele é absoluto e intemporal (Orlandi, 1992). Para nós, não são os arquivos da Internet que se configuram como ilimitados em sua extensão, mas o silêncio que os atravessa, pois “mais se diz, mais o silêncio se instala, mais os sentidos se tornam possíveis e mais se tem ainda a dizer” (ibid., p.71).

Nesse sentido, há uma dupla demanda de simbolização derivada do hiato entre a linguagem e o mundo e da combinação dos elementos lingüísticos. Ao darmos formas lingüísticas ao mundo, utilizamos entidades discretas para divisar o silêncio, tornando-o discernível. Fixamos um número finito de formas, segmentos calculáveis dos quais podemos constituir uma lógica significante, a qual escaparia do plano disperso do silêncio (Orlandi, ibid.). Se, por um lado, o uso de formas lingüísticas tenta cristalizar o sentido numa tentativa de preencher o espaço entre as palavras e as coisas, por outro lado, o uso combinatório que é feito delas (tal como observamos nos exemplos supracitados) permite entrever o caráter polissêmico da linguagem, o qual deriva da relação entre língua e história, memória.

No capítulo anterior, vimos que a formalização e as categorias de tempo e de espaço funcionam no sentido de simular uma completude informacional no ciberespaço. No entanto, o próprio tratamento formal da linguagem e o funcionamento das categorias de tempo e de espaço constituem a incompletude da linguagem. Por meio da formalização da linguagem e da compressão do espaço, o site de busca pode esgotar suas possibilidades de associação entre significantes em um intervalo de tempo acelerado. Dessa forma, um excesso de dizeres é posto em circulação. Excesso este que nunca é suficiente para esgotar os sentidos, conforme observamos pelo o que chamamos de movimento de memória na Internet. Essa

grande quantidade de dizeres em circulação deixa entrever o caráter polissêmico da linguagem. Se o sentido não é único, não há uma relação direta entre signo e objeto e, portanto, vários sentidos são possíveis. O sentido sempre pode vir a ser outro, pois o discurso não é algo que está pronto, fechado em si mesmo. A completude permanece no horizonte.

### 3.4 A insistência da incompletude

Como observamos ao longo do capítulo, as formas lingüísticas e a formalização permitem entrever a incompletude da linguagem e da memória, desta sob a ótica do esquecimento e daquela sob a análise do aspecto do hiato entre linguagem e mundo.

Retomamos aqui uma citação de Gauthier e Jeudy (1989, p. 145), “la gestion technique des mémoires, calquée sur le modèle des banques de données, risque de faire croire que seule l’erreur est source de l’oubli”<sup>28</sup>. Nessa perspectiva, não é o erro, de origem técnica, que é fonte de esquecimento, mas o fato é que tanto a memória do homem quanto a da máquina, a metálica, são constituídas de/pela linguagem, a qual, por sua vez, é por essência incompleta. Nas palavras de Pêcheux (1999, p.56),

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório; é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

Nessa perspectiva, nem a memória do homem nem a memória metálica se constituem ao modo de um reservatório em que informações seriam somadas umas às outras. O movimento de memória na materialidade metálica contradiz o modo de pensar a memória como livre do esquecimento, da falta.

---

<sup>28</sup> Tradução nossa: a gestão técnica das memórias, calcada sobre o modelo dos bancos de dados, pode fazer acreditar que somente o erro é fonte do esquecimento.

## Conclusão

Em “O Livro de Areia”, o narrador conta que, em um certo dia, recebe a visita de um desconhecido. Este traz consigo uma valise, de onde retira um livro, o qual qualifica como sagrado. Ele o põe sobre a mesa. O anfitrião o pega e o abre ao acaso.

A primeira característica que chama atenção ao narrador é o fato de que “a página par levasse o número 40514 e a ímpar, a seguinte, 999” (Borges, 1995, p.124).

Ao abrir novamente o livro, apesar de haver se fixado sobre a última imagem que havia visto nele, o anfitrião busca em vão a mesma imagem. Nem a primeira folha, tampouco o final, lhe eram possíveis de encontrar. Estavam diante do “Livro de Areia, porque nem o livro nem a areia tem princípio ou fim” (ibid., p.125).

Depois de explorar o livro por mais um tempo, o anfitrião pergunta se o desconhecido teria algum interesse em oferecê-lo ao Museu Britânico. A sua resposta é negativa, pois sua vontade era a de vendê-lo ao anfitrião. Este lhe oferece sua aposentadoria e mais uma bíblia que havia herdado de seus pais. Sem contar o dinheiro, o desconhecido vende o livro.

Tendo o livro sido adquirido, o narrador conta:

Não mostrei a ninguém o meu tesouro. À ventura de possuí-lo se agregou o temor de que o roubassem e, depois, o receio de que não fosse verdadeiramente infinito. [...] Restavam-me alguns amigos; deixei de vê-los. Prisioneiro do Livro, quase não saía à rua. (ibid., p. 126)

Como se estivesse em posse do Aleph, o personagem parece não precisar mais de nada, a não ser ficar sempre com o seu Livro. Ele e o Livro representariam um encontro totalizante. No entanto, ainda lhe resta o receio de que este objeto não seja infinito.

Com o passar do tempo, ele passa a descrever o livro de forma bem diferente daquela do vendedor: de sagrado a monstruoso, ao que o narrador acrescenta: “senti que era um objeto de pesadelo, uma coisa obscena que infamava e corrompia a realidade” (ibid., p.127). O proprietário do livro quis então livrar-se dele:

Pensei no fogo, mas temi que a combustão de um livro infinito fosse igualmente infinita e sufocasse o planeta de fumaça. [...] Antes de me aposentar trabalhava na Biblioteca Nacional, que guarda 900 mil livros; sei que à mão direita do vestíbulo, uma escada curva se some no sótão [...]. Aproveitei o descuido dos empregados para perder o Livro de Areia em uma das úmidas prateleiras. Tratei de não me fixar em que altura, nem a que distância da porta (ibid., p.127).

Este conto de Borges constitui-se, para nós, como uma metáfora do que desenvolvemos em nosso trabalho.

Podemos dizer que atualmente uma possibilidade de encontro com um lugar supostamente infinito que viesse a preencher nossos espaços vazios de significação residiria no ciberespaço. Lugar sem início, nem fim determinados; de decentramento, de habitantes ubiqüitários, de redes, de fluxos de informações.

Objeto de completude, transfigurado no Livro de Areia, para os personagens de Borges. Na biblioteca de Alexandria, para os Antigos. Na enciclopédia, para os iluministas do século XVIII e, porque não dizer, na rede mundial de computadores, para nós. Diante disso, configura-se uma busca constante do real e de significação para significantes que não cessam de se apresentar.

Em diferentes condições de produção, “a linguagem, mesmo em sua vocação à unicidade, à discrição, ao completo, não tem como suturar o possível, porque não tem como não conviver com a falta, não tem como não trabalhar (com) o silêncio” (Orlandi, 1996, p.12).

À diferença do personagem de Borges, não quisemos queimar, nem ‘perder’ nosso Livro de Areia, tendo em vista que, na perspectiva discursiva, pensar a linguagem é necessariamente levar em conta sua propriedade essencial, a incompletude. Esta não se apresenta como “um defeito, um simples furo no real” (Pêcheux, 1997b, p.43), mas como constitutiva tanto da linguagem como de nosso fazer teórico.



## Referências

AUGÉ, M. **Les formes de l'oubli**. Paris: Manuels Payat, 1998.

\_\_\_\_\_. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

AUROUX, S. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Unicamp, 1998.

BENVENISTE, E. Da subjetividade na linguagem. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de lingüística geral I**. 4.ed. Campinas: Pontes/Unicamp, 1995. p. 284-293.

BORGES, J. L. Funes, o memorioso. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas I**. São Paulo: Globo, 2000. p. 79-83.

\_\_\_\_\_. O livro de areia. In: \_\_\_\_\_. **O livro de areia**. 7.ed. São Paulo: Globo, 1995.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002.

COHN, G. **Aceleração do tempo, tecnologia e destruição**. Fala realizada no Espaço cultural CPFL de Campinas, 2005.

COURTINE, J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKI, F; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). **Os múltiplos territórios da análise de discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 15-22.

COURTOIS, B.; SILBERZTEIN, M. Dictionnaires électroniques du français. **Langue française**, n.87, p. 3-4. Paris: Larousse, 1990.

DE CERTEAU, M. Práticas de espaço. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 167-217

DELEUZE, G. O atual e o virtual. In: DELEUZE, G; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998. p. 173-179.

DIAS, C. **A discursividade da rede (de sentimentos)**: a sala de bate-papo hiv. Tese (Doutorado em Lingüística), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

*Aumento de acervos melhora as pesquisas*. **Folha de S. Paulo**. Caderno de Informática. 31 de agosto de 2005.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.

GAUTHIER, A; JEUDY, H-P. Trou de mémoire, image virale. **Communications**, n.49, p. 137-147. Paris: Seuil, 1989.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. cap. 1, p. 11-60.

GUILHAUMOU, J. MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso do lado da história. In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de leitura**. Campinas: Unicamp, 1994. p. 163-183.

GUIMARÃES, E. Enunciação e história. In: \_\_\_\_\_. (org). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989. p. 71-79.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1997. p.13-38.

LADMIRAL, J. Le traducteur et l'ordinateur. **Langages**, n. 116, p.5-19. Paris: Larousse, 1994.

LAFONTAINE, C. **L'empire cybernétique**: des machines à penser, à la pensée machine. Paris: Seuil, 2004.

LAÏDI, Z. **La tyrannie de l'urgence**. Montréal: Editions Fides/Québec: Musée de la civilisation, 1999.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

MANGUEL, A. L'ordinateur de Saint-Augustin. In: \_\_\_\_\_. **Dans la forêt du miroir: Essais sur les mots et sur le monde.** Paris: Actes Sud, 2000. p. 297-318.

MARANDIN, J-M. Syntaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso. In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de leitura.** Campinas: Unicamp, 1994.

MILNER, J-C. **L'amour de la langue.** Paris: Seuil, 1978.

MONTEIRO, P. F. Posições e dúvidas sobre a virtualidade do virtual. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. extra, p. 233-235. Lisboa: Relógio d'Água, 2002.

MORIN, Edgar. Para além do iluminismo. **Revista Famecos**, Porto Alegre, número 26, p. 24-28, abril 2005.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e o seu funcionamento:** as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio.** Campinas: Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. Entrevista: sobre memória metálica. Entrevistadora: Michele Schmitt. Campinas: Labeurb, 2005. um cassete sonoro.

\_\_\_\_\_. **Interpretação:** Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

**Oxford Advanced Learner's Dictionary.** 6.ed. New York: Oxford university press, 2000.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por**

uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1997a. p. 61-161.

\_\_\_\_\_. **Discurso**: Estrutura ou acontecimento. 2.ed. Campinas: Pontes, 1997b.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, E. P. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: Achard, P. [et al.]. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1997c.

PLATÃO. Fedro. **Diálogos I**: Mênon. Banquete. Fedro. 21.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. p.129-183.

POTTIER, B. Linguistique et intelligence artificielle. **Langages**, n. 87, p.21-31. Paris: Larousse, 1987.

RASTIER, F. Présentation. **Langages**, n. 87, p. 5-19. Paris: Larousse, 1987.

ROBIN, R. **La mémoire saturée**. Paris: Stock, 2003.

\_\_\_\_\_. L'identité cyborg. In: \_\_\_\_\_. **Le golem de l'écriture**: de l'autofiction au cybersoi. Québec: XYZ éditeur, 1997. p. 255-284.

RODRIGUES, A. D. Contributos para uma genealogia do virtual. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. 25/26, p. 165-175. Lisboa: Cosmos, 1998.

ROSA, J. M. Cibercultura <<em construção>>. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n.28, p. 319-332. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. 12.ed. Lisboa: Apostolado da Imprensa, 1990.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1974.

\_\_\_\_\_. **Escritos de lingüística geral.** São Paulo: Cultrix, 2002.

TODOROV, T. **Les abus de la mémoire.** Paris: Arléa, 1995.

TUCHERMAN, I. Novas subjectividades – conexões intempestivas. **Revista Comunicação e Linguagens**, n. extra, p. 55-71. Lisboa: Relógio d'Água, 2002.

VIVIER, J. Introduction: la psycholinguistique au secours de l'informatique. **Langages**, n. 144, p. 3-19. Paris: Larousse, 2001.

WEINRICH, H. La mémoire linguistique de l'Europe. **Langages**, n. 114, p. 13-24. Paris: Larousse, 1994.

WERTHEIM, M. **Uma história do espaço:** de Dante à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.